

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carla Adriana Batista da Silva

**BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: conexões entre “raça”,
saúde, educação e a emergência da população nos anos 1920 e 1930 no
Brasil**

Santa Cruz do Sul

2014

Carla Adriana Batista da Silva

Bolsista PROSUP / CAPES Modalidade Taxa

**BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: conexões entre “raça”,
saúde, educação e a emergência da população nos anos 1920 e 1930 no
Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa em Identidade e Diferença na Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva

Santa Cruz do Sul

2014

Carla Adriana Batista da Silva

Bolsista PROSUP / CAPES Modalidade Taxa

**BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: conexões entre “raça”,
saúde, educação e a emergência da população nos anos 1920 e 1930 no
Brasil**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado; Área de Concentração em Educação; Linha de Pesquisa em Identidade e Diferença na Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Dr. Mozart Linhares da Silva

Professor Orientador – UNISC

Dra. Betina Hillesheim

Professora Examinadora – UNISC

Dr. Marçal de Menezes Paredes

Professor Examinador – PUC-RS

Santa Cruz do Sul

2014

*... Quando se vê, já são seis horas!
Quando se vê, já é sexta-feira!
Quando se vê, já é natal...
O tempo - Mário Quintana*

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a constituição da noção de *população*, enquanto sujeito/objeto de um *governo biopolítico*, no Brasil, fazendo uso, para tanto, das teorizações foucaultianas acerca da *biopolítica* e da *governamentalidade*. Procurou-se em um primeiro momento, perscrutar a emergência no Brasil de preocupações de caráter *biopolítico*, isto é, identificar alguns momentos em que se acentuou um determinado tipo de saber/poder sobre a *vida*, com vistas à *gestão da população*. Identificou-se, nesse sentido, a partir de 1870, a proliferação de uma narrativa *racialista*, que propunha alternativas à gestão da população baseado em critérios advindos da biologia, como foi o caso, por exemplo, da chamada *teoria do branqueamento*. Da mesma forma, encontrou-se no desenvolvimento da medicina social, que se deu a partir da vinda da família real para o Brasil, em 1808, e na sua posterior ligação com o movimento sanitarista e com a eugenia, uma forma de pensar *biopoliticamente* a população, uma vez que era o aprimoramento do homem, enquanto espécie, que estava sendo posto em jogo. Em um segundo momento, procurou-se identificar quando e como preocupações como essas citadas acima, de cunho eminentemente *biopolítico*, foram encampadas de forma mais incisiva pelo Estado para gestar, de forma mais ampla, a população brasileira. Sugeriu-se, então, que esse desbloqueio da *arte de governar* se deu quando foi possibilitado ao Estado-nação brasileiro, a partir das décadas de 1920 e 1930, construir um saber sobre a população e fazer desta seu principal alvo de *governo*. A partir daí, analisou-se como se desenvolveram estratégias de *governo biopolítico* em áreas como a Educação e a Saúde Pública e como é possível relacionar a emergência da população com a articulação de uma narrativa identitária nacionalista que teve por finalidade a construção de um *corpus* nacional/populacional homogêneo.

Palavras-chave: Biopolítica. Governamentalidade. Estado moderno brasileiro. População. Nação.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the formation of the concept of *population*, as a subject/object of a *biopolitical governing* in Brazil, therefore making use of Foucault's theories on *biopolitics* and *governmentality*. At first, there was an attempt to scrutinize the emergence as to the concerns with such a *biopolitical* character in Brazil, which is to identify moments in which there was an emphasis on a certain kind of power/knowledge about *life*, seeking to perform a sort of *population management*. In this sense, from 1870 on, the proliferation of a *racialist* narrative was identified. Such narrative proposed alternatives to management based on criteria arising from biology, and such was the case, for example, of the so-called *whitening theory*. Likewise, in the development of social medicine, which occurred with the arrival of the royal family to Brazil in 1808 and its subsequent connection to the sanitary movement and eugenics, a way of biopolitically thinking the population was found, since it was the improvement of mankind as a species that was now at stake. In a second step, we tried to identify when and how these concerns as mentioned above, eminently of a *biopolitical* nature, were more forcefully adopted by the state to more broadly manage the Brazilian population. Then it was suggested that this unleashing of this art of governing was when it was made possible to the Brazilian nation-state, from the 1920s and 1930s, the construction of knowledge about the population and make this its primary target as a government. From there on out, it was examined how they developed strategies of *biopolitical governing* in areas such as education and public health and how it is possible to relate the emergence of the population with the articulation of a nationalist identity narrative that aimed to build a homogeneous national/population *corpus*.

Keywords: Biopolitics. Governmentality. Brazilian Modern State. Population. Nation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONEXÕES ENTRE AS TEORIZAÇÕES FOUCAULTIANAS E O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO	9
2.1 Notas sobre as teorizações foucaultianas acerca da entrada da vida na história	9
2.2 Para pensar o Brasil de outros modos	14
3 ESBOÇOS DE BIOPOLÍTICA NO BRASIL	20
3.1 A emergência da biologia e as teorias racialistas europeias	20
3.2 A gestão da mestiçagem no Brasil e o ideal do branqueamento.....	27
3.3 Medicina Social, Higiene e Eugenia	36
4 DESBLOQUEIO DA GOVERNAMENTALIDADE BIOPOLÍTICA NO BRASIL	50
4.1 População, Mecanismos de Segurança, Governo	50
4.2 O desbloqueio da arte de governar no Brasil por meio das estatísticas	55
4.3 A gestão da vida pela saúde e pela educação	62
4.4 A gestão da mestiçagem e o reordenamento discursivo nos anos 1930	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

As teorizações referentes à biopolítica e à governamentalidade, empreendidas por Michel Foucault, são de especial relevância para se pensar como se produziu na modernidade uma determinada tecnologia de poder que regulamentou e gestou os fenômenos relativos à vida das populações. Tem-se que considerar, entretanto, que essas teorizações foram formuladas pelo filósofo a partir de uma análise histórica bastante específica – Europa, no século XVIII –, e que se tem que ter uma série de cuidados teórico-metodológicos ao importá-las para outros contextos. Nesse sentido, este trabalho de pesquisa se propôs a analisar como o tema/problema¹ da governamentalidade biopolítica se constituiu no Brasil. Para tanto, se tomou como objetivo a análise da constituição da noção de *população*, enquanto sujeito/objeto de um governo biopolítico, no Brasil. Este trabalho de pesquisa procurou, portanto, identificar quando e como a população se tornou o principal elemento a ser considerado face a uma gestão governamental em nosso país.

Dessa forma, o primeiro capítulo inicia-se com a exposição de algumas notas acerca das teorizações foucaultianas sobre as noções de *biopolítica e governamentalidade*. Em seguida, antes de tentar identificar no Brasil fenômenos propriamente biopolíticos e suas estratégias de governo, chama-se a atenção para a questão de que não dá para aplicar tais conceitos de forma irrefletida no contexto brasileiro – uma vez que se tem que atentar para as especificidades da sociedade brasileira, especialmente a que se refere a tensão existente entre modernidade e tradição.

No segundo capítulo, procurou-se localizar “pistas” que possibilitassem à reflexão acerca da emergência da biopolítica no Brasil. Esse capítulo foi dividido em três seções. A primeira tratou do deslocamento da História Natural à Biologia, como condição necessária para a compreensão da noção de *vida*, largamente abordada por Foucault em suas teorizações sobre a *biopolítica*. Assim, procurou-se destacar aí o elo existente entre a Biologia – enquanto elemento chave da *episteme* moderna –, e as práticas de poder que constituíram o *biopoder*, a *biopolítica*. Destacou-se também que, no âmbito do *biopoder*, a Biologia possibilitou a construção de um discurso racista, que, em seu nome, reivindicou um *status* científico. Chamou-se a atenção também para o fato de que essas ideias racistas tiveram grande

¹ Toma-se de empréstimo neste trabalho a expressão “tema-problema” utilizada por Sylvio Gadelha para se referir a biopolítica, por entender, como salienta esse autor (2013, p. 18) que “a biopolítica não se reduz meramente a um tema, mas implica um problema, ou melhor, uma posição (e/ou posições) de problema, envolvendo lógicas e estratégias *sui generis*, sendo Foucault quem posicionou e desenvolveu de forma mais substancial e original essa problemática”.

impacto no Brasil, em especial a partir da década de 1870, quando se começou a pensar em como o povo brasileiro poderia ser gerido biologicamente. A segunda seção desse capítulo tratou justamente das possibilidades abertas pelas teorias raciais para a gestão do povo brasileiro, através das teses advindas da medicina legal e da “teoria” do branqueamento. Já a terceira seção abordou a importância da medicina, mas especificamente da medicina social, frente a essa nova tecnologia de poder que é a *biopolítica*, analisando como esse tipo específico de medicina se desenvolveu no Brasil e sua estreita relação com a higiene e a eugenia.

E por fim, o terceiro capítulo procurou identificar o estreitamento da relação entre *biopolítica* e a forma política de governo que Foucault chamou de *governamentalidade*. Para tanto, na primeira seção foi retomada a análise de alguns dos principais elementos dessa *governamentalidade*, que são as noções de população, mecanismos de segurança e governo. Em seguida, na segunda seção, procurou-se identificar como e quando a população se constituiu enquanto uma naturalidade a ser governada no Brasil e qual o papel desenvolvido pelas estatísticas nesse desbloqueio da arte de governar. Na terceira seção, foi analisado como a partir dos anos 1930 o Governo brasileiro tomou para si a tarefa de gestar a população, tendo na saúde e na educação dois campos privilegiados, no sentido de possibilitar uma *governamentalidade biopolítica*. Por fim, procurou-se demonstrar como essa construção da noção de população no Brasil esteve implicada com o processo de construção da nação, retomado pelo Estado varguista a partir de 1930, o qual possibilitou a homogeneização da população brasileira através de um processo de naturalização da mestiçagem.

A partir da análise desses diferentes elementos, defendeu-se que foi quando se tomou a população como principal alvo de governo que se constituiu no Brasil uma *governamentalidade biopolítica*.

2 CONEXÕES ENTRE AS TEORIZAÇÕES FOUCAULTIANAS E O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Este capítulo tem por objetivo propiciar uma primeira aproximação com as teorizações foucaultianas acerca da biopolítica e da governamentalidade, bem como perscrutar as possíveis conexões entre essas questões e a construção da noção de população nos quadros do Estado moderno brasileiro. Trata-se mais de pontuar algumas questões relativas a essas teorizações, do que de discuti-las em profundidade, uma vez que elas voltam a ser abordadas de forma recorrente no decorrer do trabalho.

2.1 Notas sobre as teorizações foucaultianas acerca da entrada da vida na história

Desde o século XVIII vivemos na era da governamentalidade, afirmou Michel Foucault em sua aula do dia 1º de fevereiro de 1978 no Collège de France². Nesse ano de 1978, no curso a que deu o nome de *Segurança, Território, População*, o filósofo se dedicou a tratar de um processo histórico que chamou de governamentalização do Estado moderno³.

Foucault se propôs a fazer, então, uma “história da governamentalidade”, mas tal empreendimento precisa ser compreendido em sua relação com o tema/problema da biopolítica, já delineado por ele na aula de 17 de março de 1976, no curso *Em defesa da sociedade*⁴. Nessa aula, Foucault discorreu sobre o deslocamento de uma sociedade de soberania para uma sociedade de biopoder, analisando de que forma *o direito de vida e morte* sofreu uma inversão nessa passagem, significando, assim, um deslocamento no sistema geral de poder.

Nas sociedades de soberania, dizia Foucault, *o direito de vida e morte* é exercido quando o soberano se encontrava exposto em sua própria existência, quando sua sobrevivência era posta em questão, o que lhe legitimava a ação de dispor sobre a vida dos outros⁵. A grande questão do poder soberano era que este só exercia seu direito sobre a vida

² FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a, p. 145.

³ Michel Foucault proferiu seus cursos anuais no *Collège de France* entre 1971 e 1984. Ele era o professor responsável pela disciplina *História dos sistemas de pensamento* nessa instituição.

⁴ As discussões feitas nessa aula estão presentes também no último capítulo do livro *História da Sexualidade I – A vontade de Saber*, sob o título de *Direito de morte e poder sobre a vida*. Entretanto, considera-se que Michel Foucault faz referência pela primeira vez ao tema/problema da *biopolítica* em uma conferência proferida no Rio de Janeiro, em 1974, intitulada *O nascimento da medicina social*.

⁵ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

na medida em que exercia ou continha seu poder sobre a morte. Era, portanto, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver. “O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la”⁶.

A partir do século XVII, apontou Foucault, iniciou-se uma grande transformação nos mecanismos de poder. Não era mais o direito de apreensão das coisas, seja do tempo, dos corpos, da vida, que se enfatizava. Esse tipo de “confisco” passou a ser senão mais uma peça, ao lado do controle, da vigilância, do reforço, da incitação, da majoração e da organização das forças, que constituem um poder que se destinou não mais a barrar, dobrar ou destruir, mas a produzir forças, incitá-las a crescer e ordená-las. Passou a haver, a partir daí, a promoção da vida pelo poder⁷.

Instalou-se aí um novo direito, inverso ao da teoria clássica de soberania – que era o de *fazer morrer ou de deixar viver* –, que não vai apagá-lo, mas que vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo. É o direito de *fazer viver e de deixar morrer*⁸.

Foucault se dedicou a analisar como esse poder sobre a vida se desenvolveu a partir do século XVII sob duas formas principais: a primeira centrada no corpo, no adestramento do corpo, na ampliação das aptidões individuais, enfim na produção de corpos dóceis e úteis. Ou seja, teve-se, num primeiro momento, o desenvolvimento de uma tecnologia de poder característico das *disciplinas*, uma *anátomo-política* do corpo humano, como tão bem abordou o filósofo em *Vigiar e Punir*⁹. A segunda forma, desenvolveu-se um pouco mais tarde, em meados do século XVIII, centrada no *corpo-espécie*, não no *corpo* de forma individual, mas no homem enquanto *ser vivo*, enquanto constituinte de uma massa global, pensado enquanto conjunto que é afetado por processos próprios da vida, biológicos, como o nascimento, a mortalidade, a produção, a longevidade, a doença, etc., e sobre os quais é preciso intervir e estabelecer controles reguladores, ou seja, tratou-se do aparecimento de uma *biopolítica da população*.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e

⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*. A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 128.

⁷ Idem, 1999a.

⁸ Idem, op. cit.

⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mais investir sobre a vida, de cima abaixo¹⁰.

O que se teve a partir daí foi uma tecnologia de duas faces, dois polos de poder que se complementaram: um voltado para o indivíduo e outro voltado para o homem enquanto espécie. Os fenômenos próprios à *vida* passaram a partir daí pelo controle do *saber* e pela intervenção do *poder*. Foi, como disse Foucault, a entrada da *vida* na história. O biológico refletiu-se no político.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo¹¹.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a *biopolítica* significou “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico”¹², ou, em outras palavras, que a biopolítica surgiu quando se passou a considerar a existência da população, enquanto corpo-espécie, como uma naturalidade possível de ser gerida, com fenômenos próprios – nascimento, morte, doença, etc. –, possíveis de ser regulados.

Para tanto, esses fenômenos globais que diziam respeito à população implicavam numa complexa organização de gestão, de coordenação e de centralização, e é nesse ponto que a *biopolítica* se conecta com a *governamentalidade*. Desbloqueou-se, com a emergência da população, uma arte de governar que perpassou o governo sob sua forma política, isto é, perpassou e governamentalizou o Estado¹³. Segundo Veiga-Neto, o que passa “a ser cada vez mais problematizado será o Estado e não tanto o governante, devendo ser entendido o Estado muito mais em termos de sua população do que de seu território”. A governamentalidade gerou, portanto, um processo de bio-regulamentação da população pelo Estado¹⁴.

Cabe destacar que ao se propor fazer a “história da governamentalidade”, Foucault assinalou para uma escolha metodológica que pretendia problematizar a modernidade e a construção dos Estados modernos pelo viés das práticas de poder aí envolvidas. Ele já

¹⁰ FOUCAULT, 1988, p. 131.

¹¹ *Ibidem*, p. 134.

¹² *Idem*, 1999a, p. 286.

¹³ *Idem*, 2008a, p. 144.

¹⁴ Veiga-Neto e Saraiva chamam a atenção, entretanto, para a questão de que esse Foucault que tematiza em suas pesquisas a biopolítica e a governamentalidade, que eles jocosamente chamam de “Foucault dois e meio”, abre caminho para um terceiro Foucault, o chamado “Foucault da Ética”, uma vez que, no decorrer de suas pesquisas, o filósofo se dá conta de que as “práticas de governo tendo o outro como objetivo” por si só não davam conta de explicar a constituição das subjetividades, uma vez que não tinham total controle sobre os efeitos decorrentes das ações que tinham por objetivo, justamente, a condução de condutas. Destaca-se, a partir de então nas pesquisas de Foucault, o estudo das relações do “ser consigo”, do “governar a si mesmo”. Cf. VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla. Educar como arte de governar. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 1, p. 5-13, jan./jun. 2011.

adiantava isso em 1976, quando dizia a respeito de sua pesquisa sobre o biopoder que “o nível em que eu gostaria de seguir a transformação não é o nível da teoria política, mas, antes, o nível dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder”¹⁵.

É dentro dessa perspectiva que Foucault pensa, não o desenvolvimento do Estado moderno, mas como se deu a governamentalização desse Estado. De acordo com ele “a história do Estado deve poder ser feita a partir da própria prática dos homens, a partir do que eles fazem e da maneira como pensam”¹⁶. Nesse sentido, nos diz Albuquerque Junior que:

Com Foucault o historiador vai passar a tratar de problemáticas, da emergência de objetos e de verdades num dado momento, nunca de fatos. O historiador passará a fazer um inventário das condições históricas que possibilitaram que em dado momento uma questão emergisse, que uma verdade se colocasse, que um saber se produzisse, que uma dada experiência fosse elaborada. O historiador não mais fará a história de um objeto, mas do objeto, da sua elaboração no campo das práticas discursivas ou não-discursivas. O historiador fará uma arqueologia dos saberes e uma genealogia das relações de poder que entraram na constituição de um dado problema, que o constituiu como objeto para a história¹⁷.

Nesse sentido, Foucault identificou, antes da constituição dessa governamentalidade biopolítica, um outro tipo de governamentalidade, que ele chamou de governamentalidade política, que surgiu no século XVI, que foi desbloqueada no século XVII e se estendeu até o início do século XVIII, ligada a um certo tipo de racionalidade na prática governamental, chamada razão de Estado. Tinha-se, nesse primeiro momento, um Estado administrativo, caracterizado pela política mercantilista e constituído por uma sociedade disciplinar¹⁸.

Foucault, entretanto, apontou, a partir do século XVIII, para o segundo deslocamento dessa arte de governar, caracterizada pela intervenção autoritária e regulamentadora do Estado, para uma nova governamentalidade, na qual haverá uma regulamentação espontânea, natural do curso das coisas, onde era necessário deixar agir a liberdade de comércio entre os países e onde a concorrência não se dava mais entre Estados, mas entre particulares, entre os interesses dos particulares.

A partir da nova razão governamental – e é esse o ponto de descolamento entre a antiga e a nova, entre a razão de Estado e a razão do Estado mínimo –, a partir de então o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesse tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou determinado processo, de certo interesse para os indivíduos,

¹⁵ FOUCAULT, op. cit., p. 288.

¹⁶ Idem, 2008a, p. 481.

¹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Vozes sem rosto, sombrias silhuetas: a contribuição do livro Vigiar e Punir de Michel Foucault para a historiografia brasileira*. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/linguagens/durval-muniz-de-albuquerque-jnior-02-5198748>. Acesso em: 03 fev. 2014.

¹⁸ FOUCAULT, op. cit.

ou para o conjunto dos indivíduos, ou para os interesses de determinado indivíduos confrontados ao interesse de todos, etc.¹⁹.

O filósofo situou, portanto, o nascimento dessa nova razão governamental no âmbito da economia moderna. Foi a economia política que fez a crítica ao Estado protecionista, foi através desse campo de saber que a razão de Estado foi modificada, ganhou novo conteúdo, novas formas de racionalidade. Foi através dessa relação, de tipo bem particular, entre o saber e o poder, que o Estado foi governamentalizado. Trata-se de uma governamentalidade biopolítica, em que as tecnologias de poder são mais da ordem da gestão do que da disciplina; em que a população – enquanto corpo-espécie que é preciso gerir – se torna o principal alvo desse tipo específico de poder; em que a Economia se torna a principal forma de saber; em que os dispositivos de segurança, se tornam os principais instrumentos técnicos de gestão.

Esse tipo específico de poder tornou-se preeminente em relação aqueles existentes nas sociedades de soberania e disciplinar. O que não implicou na anulação destes, mas num deslocamento de ênfase²⁰. Um deslocamento que pode ser ilustrado pela emergência de um Estado de governo, em detrimento de um Estado de justiça e de um Estado administrativo²¹. Produziu-se, a partir daí, uma estatização das relações de poder, o que não significa que elas derivam do Estado, mas que “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado”²².

Dessa forma, através de uma análise que teve como fio condutor a noção de *governo*, Foucault demonstrou ser possível fazer uma história genealógica do Estado moderno sem abordá-lo como um “monstro frio frente aos indivíduos” ou como uma “máquina automática”, reduzida a um certo número de funções, mas a partir do que ele chamou de “uma história da razão governamental”, em que o Estado nada mais é “do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita”²³. Dentro dessa perspectiva, para o filósofo, o que ocorreu na modernidade não foi uma estatização da sociedade, mas uma governamentalização do Estado.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b, p. 62.

²⁰ Esse não é um processo histórico linear em que se teria uma sociedade de soberania substituída por uma sociedade disciplinar e esta, por sua vez, deslocada por uma sociedade governamental. Antes, Foucault propõe que se pense essa questão através da imagem de um triângulo, em que dependendo do momento analisado a ênfase recai com maior vigor sobre um de seus três vértices.

²¹ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____; *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007, p. 292.

²² FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 293.

²³ FOUCAULT, op. cit., loc. cit.

Foi no contexto de uma genealogia do poder, portanto, que Foucault se dedicou à análise da emergência da biopolítica e da governamentalidade. E, considerando a pertinência dessas teorizações, com o objetivo de perscrutar as possíveis conexões entre essas análises e a forma como a noção de população emergiu no Brasil e se tornou o principal alvo de um governo político, que se organizou o presente trabalho.

2.2 Para pensar o Brasil de outros modos

Foucault apontou para o nascimento no século XVIII de uma nova razão governamental que chamou de governamentalidade liberal. Essa nova forma de governo foi processada no âmbito da economia política, que autolimitou o poder de governar, em favor do princípio do “deixar fazer”, do deixar haver uma autoregulação espontânea das coisas que antes era preciso regradar. Logo, a noção de liberdade está estreitamente relacionada a essa nova razão governamental. A seguinte passagem de Foucault, embora extensa, elucida de que se trata essa governamentalidade:

De um lado, a intervenção da governamentalidade estatal deverá ser limitada, mas esse limite posto à governamentalidade não será simplesmente uma espécie de marco negativo. No interior do campo assim delimitado, vai aparecer todo um domínio de intervenções, de intervenções possíveis, de intervenções necessárias, mas que não terão necessariamente, que não terão de um modo geral e que muitas vezes não terão em absoluto a forma da intervenção regular. Vai ser preciso manipular, vai ser preciso suscitar, vai ser preciso facilitar, vai ser preciso deixar fazer, vai ser preciso, em outras palavras, gerir e não mais regulamentar. Essa gestão terá essencialmente por objetivo, não tanto impedir as coisas, mas fazer de modo que as regulações necessárias e naturais atuem, ou também fazer regulações que possibilitem as regulações naturais. Vai ser preciso portanto enquadrar os fenômenos naturais de tal modo que eles não se desviem ou que uma intervenção desastrada, arbitrária, cega, não os faça desviar. Ou seja, vai ser preciso instituir mecanismos de segurança. Daí, enfim, a inscrição da liberdade não apenas como direito dos indivíduos legitimamente opostos ao poder, às usurpações, aos abusos do soberano ou do governo, mas da liberdade que se tornou um elemento indispensável à própria governamentalidade. Agora só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados. Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos de direito em relação à lei, mas é principalmente não saber governar como se deve. A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tornou-se agora um imperativo²⁴.

Essa governamentalidade está associada, portanto, a emergência do liberalismo na Europa²⁵. Trata-se de uma análise delimitada temporal e espacialmente, como diz Veiga-Neto:

²⁴ FOUCAULT, 2008a, p. 474-475.

²⁵ De acordo com Veiga-Neto (2000, p. 183), o liberalismo, para Foucault, “é menos uma fase história, uma filosofia política ou um sistema econômico, e mais um refinamento da arte de governar, em que o governo, para

Foucault nos mostra que a arte de governo – esse conjunto de saberes que estatui uma racionalidade própria, particular ao Estado – só conseguiu se desbloquear quando mudaram as condições econômicas e demográficas da Europa e, por isso mesmo, se articulou o conceito moderno de população e, na esteira deste, também o conceito moderno de Economia²⁶.

E são justamente esses dois conceitos – conceito de economia, leia-se liberalismo, e de população – que precisam ser historicizados e relativizados, quando se procura fazer uma conexão entre as teorizações foucaultianas acerca da biopolítica e da governamentalidade e o contexto histórico brasileiro. Em outras palavras, para se acompanhar a governamentalização do Estado brasileiro é preciso atentar, entre outros fatores, para as especificidades relacionadas ao liberalismo e a emergência da população no Brasil.

A questão do liberalismo no Brasil se inscreveu como um dos elementos centrais no debate tenso e paradoxal sobre tradição e modernidade que permeou a agenda política brasileira desde a Independência, em 1822. Parecia haver um desencontro entre as premissas que consubstanciavam o liberalismo europeu e a “realidade” da sociedade brasileira, sendo a questão da escravidão o maior exemplo desse desencaixe. A historiografia brasileira costumeiramente analisou esse paradoxo a partir da interpretação de que no Brasil “as ideias estavam fora do lugar”, de que havia uma inadequação entre as referências intelectuais advindas do liberalismo e o contexto social brasileiro²⁷.

Como contraponto a essa abordagem historiográfica, chama-se a atenção aqui para a análise feita por Mozart Linhares da Silva sobre a tensão existente entre modernidade e tradição no Brasil. Ao analisar o pensamento jurídico e a organização do Estado-Nação brasileiro, Silva faz a discussão desse paradoxo tradição e modernidade e coloca em discussão a suposta incoerência e irracionalidade do pensamento moderno brasileiro daí decorrente²⁸. Para Silva, é a própria tensão entre “a modernidade e a tradição que confere significado à nossa civilização”²⁹, o que implica contornar uma lógica binária e cartesiana para pensar as especificidades brasileiras. Antes, sugere que se pense o Brasil pela lógica do mosaico, em que diferentes fragmentos compõem uma imagem, aproximando-se da ideia de hibridismo,

ser mais econômico, torna-se mais delicado e sutil, de que modo que para governar mais, é preciso governar menos”.

²⁶ VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou Governamento. *Currículo sem Fronteiras*, v. 5, n. 2, jul./dez. 2005, p. 81.

²⁷ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. Duas Cidades, 2000.

²⁸ SILVA, Mozart Linhares da. *O império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado-Nação no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2003.

²⁹ *Ibidem*, p. 22.

presente na obra de Gilberto Freyre, em que os antagonismos se equilibram e se aproximam, mas não se dissolvem ou se fundem³⁰.

Partindo dessa lógica de análise do mosaico, em que as diferentes peças que o compõe não se fundem em um todo harmônico, antes estão em um equilíbrio de antagonismos, Silva entende que não há apenas rupturas, oposições, entre modernidade e tradição, mas “uma cumplicidade que permite inferir que a tradição é uma construção *ad eterna* da própria condição moderna”³¹. Dentro dessa perspectiva, Silva chama a atenção para a questão do liberalismo, que também deve ser entendido no Brasil dentro dessa lógica plástica que permite a hibridização de elementos tracionais e modernos, que possibilita, por exemplo, que ideais liberais convivam e dialoguem com uma tradição patriarcal e escravista.

Logo, o liberalismo no Brasil não pode ser pensado nos mesmos termos em que se processou na Europa, antes tem que se atentar para a tradução que dele foi feita em combinação com as especificidades locais, o que implica pensar que a tensão daí derivada, bem como a singular capacidade de por antagonismos em equilíbrio, vão implicar também no processo de governamentalização do Estado brasileiro.

Retomando essa questão da governamentalidade de Estado, o outro elemento apontado por Foucault para que essa arte de governar fosse desbloqueada diz respeito a emergência da população³². A população vai emergir, de acordo com Foucault, no século XVIII, como um novo personagem político, que é preciso conhecer, gestar, potencializar, tornando-se o principal alvo, ou melhor, o público alvo do governo: “a população vai ser o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida”³³.

Com a emergência da população, o modelo de gestão baseado na família perde relevância. A família deixa de ser um modelo de governo para se tornar um elemento no interior da prática governamental relativa à população. Os fenômenos e as práticas relativos à população – as epidemias, a saúde e a higiene pública, etc. – não são redutíveis a um núcleo

³⁰ De acordo com Araújo (2005, p. 99), a noção de hibridismo presente na obra freyreana “deriva da *hybris*, o que confirma que as paixões não se constituem em um alicerce confiável e adequado para a construção de uma vida social consistente e estável: elas desviam os homens dos seus caminhos naturais, atraem opostos e separam iguais, sendo capazes de promover uma totalidade extremamente precária, que nunca se faz presente de maneira automática, permanente e segura em suas partes integrantes”.

³¹ SILVA, op. cit., p. 272.

³² De acordo com Foucault (2008a, p. 141), “a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política”.

³³ FOUCAULT, op. cit., p. 140.

familiar. De acordo com Foucault, a partir do momento que a noção de economia passa a privilegiar a população,

A família passa para o nível inferior em relação à população; aparece como elemento no interior da população. Portanto, ela não é mais um modelo; é um segmento, segmento simplesmente privilegiado porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar. Mas, de modelo, a família vai se tornar instrumento, instrumento privilegiado para o governo das populações e não modelo quimérico para o bom governo³⁴.

É, portanto, quando ocorre esse deslocamento – quando o modelo de gestão da família é substituído por um modelo que tem na população a meta final do governo – que a arte de governar é desbloqueada.

Voltando agora o olhar para o Brasil, percebe-se que a dificuldade de pensar a questão da governamentalidade biopolítica, frente ao problema da população, se deve justamente ao fato de que esse problema da população, entendido enquanto corpo-espécie que é preciso gestar, se inscreve não só em uma temporalidade diferente, como também por vias diferentes em nosso país.

Neste trabalho defende-se que no Brasil a emergência da população como objetivo final de uma governamentalidade política é um fato muito recente, que ganha forma a partir das décadas de 1920 e 1930. Já o modelo de gestão que tinha como base a família, por sua vez, informou a construção de nossa sociedade na maior parte do tempo, ainda sendo possível identificar no nosso corpo social as marcas indeléveis do patriarcalismo. Em uma passagem que fala por si só, Gilberto Freyre aborda a questão da ênfase na família estabelecida no Brasil colonial:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o Rei de Portugal quase reina sem governar. Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo, ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes. [...] A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade³⁵.

Grosso modo, foi dentro desse quadro que se chegou ao século XX no Brasil. Não se tinha, até então, um conhecimento formado sobre a população que pudesse desbloquear a sua gestão. Nesse sentido, ali, no início do século, Euclides da Cunha publicava *Os Sertões*, no

³⁴ Ibidem, p. 139.

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006, p. 25-30.

qual se podia ver “a negligência, voluntária e ignorante, do sertão por parte da elite”³⁶. Por “ignorante” entenda-se também aquele que “ignora”, que “desconhece”. Abandonado pela República dos Bacharéis, doente e analfabeto “o povo brasileiro representava ainda uma miragem, um povo que estava por vir”³⁷.

Sylvio Gadelha, ao se dedicar a análise da relação entre biopolítica e educação no Brasil, entende que até os anos 1930 é difícil visualizar uma governamentalidade biopolítica no Brasil, justamente em função de não se ter, até então, constituída a noção de população. Quando se refere a passagem do século XIX para o século XX no Brasil, esse autor diz que:

Nessa época, a sociedade brasileira era, por assim dizer, fragmentada, extremamente desigual, com significativas diferenças regionais, tornando-se difícil admitir a existência e o funcionamento de uma *biopolítica* consolidada, em face de uma população e de um problema da população, já constituídos como tais, no sentido forte dessas duas noções. Isso não significa, contudo, a inexistência de tendências dessa natureza em curso, haja vista, por exemplo, a tentativa de equacionar uma série de problemas que envolviam a “gestão da população” – através de uma política de imigração e de miscigenação – e sua adequação ao novo regime de produção, doravante baseado no trabalho assalariado (industrialização), e não mais no trabalho escravo³⁸.

É no período varguista, com ênfase no Estado Novo, que Gadelha vai identificar em maior ou menor medida o estabelecimento de uma biopolítica no Brasil. Entretanto, ainda que concordando com Gadelha, de que é por volta desse período que se passa a ter um Estado governamentalizado em termos biopolíticos no Brasil, não se pode perder de vista que mesmo no período getulista nossos antagonismos permaneciam presentes, a discussão que há muito vinha sendo feita entre tradição e modernidade não tinha resultado em uma síntese, ao contrário, continuava a hibridizar e, muitas vezes, a suavizar conflitos. A crescente institucionalização das relações sociais, por vias estatais e administrativas não excluiu, ou anulou, o famoso “jeitinho” brasileiro, como forma de mediação entre modernidade e tradição³⁹. Continuou-se a conjugar no Brasil, como diz DaMatta, indivíduo com pessoa, comida farta com pobreza estrutural, hino com samba, carnaval com comício político⁴⁰.

Mesmo considerando que é a partir dos anos 1920 e 1930 que a população enquanto sujeito/objeto político surge no Brasil, que aí se inaugura uma nova forma de relacionamento

³⁶ SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 76.

³⁷ LIMA, Nísia Trindade Lima; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado Pela Raça, Absolvido Pela Medicina: o Brasil Descoberto Pelo Movimento Sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, M. C. (Org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 30.

³⁸ GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões*, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 183.

³⁹ DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 79.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 11.

entre Governo, população e administração política do país⁴¹, há que se atentar para o fato de que a família continuará sendo um modelo privilegiado de gestão no Governo Vargas⁴². Isso ocorre de tal monta que Getúlio, retoma, inclusive, a mística familiar, ao se colocar como o *pai* da nação, um pai zeloso, que, ao cuidar de seus filhos com uma autoridade paternal, exerce uma forma bastante eficaz de controle social. O paternalismo, nesse caso, é a dobradiça que conecta o Governo à população.

Essa retomada da ideia de família pode ser compreendida, acredita-se, dentro da lógica da reconstrução da tradição como condição à própria modernidade. O que implica pensar que não só não se teve a substituição de um tipo de sociedade de soberania, por uma sociedade disciplinar, a qual deu lugar a uma sociedade de governo, mas que também a ideia de triângulo, proposta por Foucault, em que em determinados momentos a ênfase recai sobre uma das três vértices, também tem que ser tencionada. Talvez, pensar pela lógica do mosaico, em que não se destaca um elemento em detrimento de outro, mas que persiste uma harmonia-conflitual, seja mais produtivo nesse caso. De toda forma, mais do que propor soluções ou encontrar respostas, o objetivo dessa seção é chamar a atenção para os cuidados que se deve ter ao evocar as teorizações foucaultianas para pensar a sociedade brasileira, atentando para não reduzi-la a sínteses, antes tentando pensá-la através de conectivos, pelo equilíbrio representado no *e*, que possibilita que ela seja, ao mesmo tempo, particular *e* universal, conservadora *e* liberal, tradicional *e* moderna. E, por que não, uma sociedade de soberania *e* de disciplina *e* de gestão governamental? Acredita-se que a complexidade advinda dessas aproximações não impede que essas conexões sejam feitas, mas reclama, porém que as *pensem de outros modos*.

⁴¹ Para uma discussão mais pormenorizada sobre o projeto político da Era Vargas e seus efeitos cf. REIS, José Roberto Franco. *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*. Tese (Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

⁴² A organização e a proteção da família foi um tema muito em voga no Governo Vargas, presente nas Constituições de 1934 e 1937 e em um decreto de 1941. Destaca-se também o projeto do “Estatuto da família”, defendido pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Cf. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

3 ESBOÇOS DE BIOPOLÍTICA NO BRASIL

Até a década de 1920 e 1930, defende-se que a *população*, enquanto sujeito-objeto das práticas de governmentação, não havia emergido ainda no Brasil. Retomando a citação de Sylvio Gadelha no capítulo anterior – em que esse autor afirma que, por não haver constituída a noção forte de população ou de um problema da população até esse momento, fica difícil “admitir a existência e o funcionamento de uma *biopolítica*” no Brasil –, e concordando com ele quando argumenta que fazer essa afirmação não significa dizer que não houvesse “tendências dessa natureza em curso”, neste capítulo pretende-se identificar alguns traços, alguns delineamentos, ou aquilo que denominou-se, na falta de um termo melhor, de “esboços” de biopolítica, que demonstram, sobretudo, a emergência do biopoder no Brasil.

3.1 A emergência da biologia e as teorias racialistas europeias

Foucault, ao analisar o deslocamento de uma sociedade de soberania para uma sociedade do biopoder no século XVIII, aponta, como já foi dito antes, para um duplo movimento, um especificante e outro globalizante. No primeiro, as tecnologias de poder são da ordem das disciplinas, são centradas no corpo, na produção de corpos dóceis e úteis. No segundo, as tecnologias de poder são da ordem da regulamentação, atuam sobre o corpo-espécie, tratam-se de tecnologias centradas na vida, nos processos biológicos de conjunto. Trata-se da biopolítica das populações. Esses dois conjuntos de mecanismos, disciplinar e regulamentador, não estão no mesmo nível e, é em função disso, como aponta Foucault, que eles podem se articular e não são excludentes. Ao atuarem através desse duplo jogo, que incide sobre os processos orgânicos e também sobre os biológicos, eles se cruzam e se incumbem da vida. “Portanto, estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população”¹. Mas que noção de *vida* é essa? Lembremos que ao falar sobre a emergência da biopolítica, Foucault a caracterizou como *a entrada da vida na história*, alegando que até o fim do século XVIII a vida não existia, a não ser no sentido taxonômico da palavra². Mas o que propriamente isso significa?

¹ FOUCAULT, 1999a, p. 302.

² FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b, p. 222.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault vai empreender uma análise arqueológica dos saberes que configuraram a episteme moderna ocidental. Nesse estudo, ele aponta o deslocamento ocorrido na curva dos séculos XVIII e XIX, em que se desfez a positividade do saber clássico, da gramática geral, da história natural e da análise das riquezas, e se constituiu a positividade do saber moderno, e, de forma correlata, os domínios de saber da filologia, da biologia e da economia política³. Tal deslocamento não significou uma substituição, não se pode dizer que a gramática geral se transformou em filologia, a história natural em biologia e a análise das riquezas em economia política. “O que mudou, na curva do século, e sofreu uma alteração irreparável foi o próprio saber como modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento”⁴. Nesse sentido, novos objetos cognoscíveis, novos conceitos e novos métodos entram em cena. É o caso da noção de *vida*, que constituiu uma das condições de possibilidade para o aparecimento da biologia no século XIX. Como nos diz Foucault “se a biologia era desconhecida, o era por uma razão bem simples: é que a própria vida não existia. Existiam apenas seres vivos e que apareciam através de um crivo do saber constituído pela *história natural*”⁵.

Importa, portanto, acompanhar de perto esse deslocamento da história natural à biologia. E é esse ponto de inflexão na história, em que se delineou a noção de vida, que interessa agora a este estudo⁶.

A história natural se constituiu, a partir do século XVII, no âmbito da *representação*, como um novo modo de vincular as coisas ao olhar e ao discurso. Sua tarefa era reduzir as distâncias existentes entre as coisas e a linguagem, conduzindo-as o mais próximo possível do olhar e, dessa forma, o mais próximo possível das palavras. Logo, tratou-se da possibilidade de nomear o visível, quer dizer, o surgimento de um novo campo de visibilidade. Ao falar sobre o contexto de sua irrupção, Foucault diz que:

³ FOUCAULT (1999b, p. 302) identifica esse momento em que se desfez a positividade do saber clássico e que se constituiu essa outra positividade, da qual ainda não se saiu inteiramente, como um *acontecimento radical*: “Esse acontecimento, sem dúvida porque estamos ainda presos na sua abertura, nos escapa em grande parte. Sua amplitude, as camadas profundas que atingiu, todas as positivities que ele pode subverter e recompor, a potência soberana que lhe permitiu atravessar, em alguns anos apenas, o espaço inteiro de nossa cultura, tudo isso só poderia ser estimado e medido ao termo de uma inquirição quase infinita que só concerniria, nem mais nem menos, ao ser mesmo de nossa modernidade. A constituição de tantas ciências positivas, o aparecimento da literatura, a volta da filosofia sobre seu próprio dever, a emergência da história ao mesmo tempo como saber e como modo de ser da empiricidade, não são mais que sinais de uma ruptura profunda. Sinais dispersos no espaço do saber, pois que se deixam perceber na formação, aqui de uma filologia, ali de uma economia política, ali ainda de uma biologia.”

⁴ Ibidem, p. 346.

⁵ Ibid., p. 175.

⁶ No capítulo V, *Classificar*, do livro *As palavras e as coisas*, Foucault analisa detidamente a constituição da história natural na idade clássica. Já no capítulo VII, *Os limites da representação*, ele trata das rupturas, das discontinuidades na *episteme* do mundo ocidental que criou as condições de possibilidade para a emergência, entre outros saberes, da biologia.

A história natural encontra seu lugar nessa distância agora aberta entre as coisas e as palavras – distância silenciosa, isenta de toda sedimentação verbal e, contudo, articulada segundo os elementos da representação, aqueles mesmos que, de pleno direito, poderão ser nomeados. As coisas beiram as margens do discurso, porque aparecem no âmago da representação⁷.

A teoria da história natural é indissociável da teoria da linguagem, no sentido que constituem saberes que ordenam o conhecimento dos seres na medida em que os representam num sistema de nomes. Trata-se de esforços de classificação, de fixar elementos comuns, de impor nomes, de estabelecer uma ordem constante, isto é, de constituir “como descritível e ordenável ao mesmo tempo todo um domínio de empiricidade”⁸.

Dentro desse contexto, Carl Von Linné, ou simplesmente Lineu, publicou, em 1735, *O Sistema da Natureza*. Esta, que foi a primeira grande obra de classificação das espécies, incluiu, inclusive, uma taxonomia acerca do homem. “Foi o naturalista sueco quem primeiro construiu a classificação do *homo sapiens*, em seis categorias, a saber: o homem selvagem, americano, europeu, asiático, africano e o monstro”⁹.

Já no ano de 1749 tem-se a publicação dos três primeiros volumes, de um total de quarenta e quatro, da obra *Histoire Naturelle*, de George Leclerc de Buffon. Para além das classificações, Buffon hierarquizou as diferenças apontadas por ele como existentes entre os homens. Indo na contramão das teses rousseauianas, nas quais o homem americano era visto como modelo do estado natural – o bom selvagem –, o Conde de Buffon apontou para a inferioridade física dos habitantes do novo mundo. Analisando-os pela lógica da falta, da carência, Buffon estabeleceu, assim, as bases para o etnocentrismo¹⁰.

Nessa conjuntura, o solo para a naturalização das diferenças começa a tornar-se fértil e o princípio universal de igualdade começa a ruir. Nesse sentido, tem-se, no início do século XIX, a introdução na literatura naturalista do termo *raça* por Georges Cuvier. Considerado fundador da anatomia comparada, Cuvier inaugurou a ideia de fixismo, isto é, de que existem heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos¹¹.

Em oposição à noção de fixismo de Cuvier, passa-se a ter a de transformismo de Jean Baptiste Lamarck, que foi o primeiro naturalista a formular uma teoria sobre questões ligadas

⁷ FOUCAULT, op. cit, p. 178.

⁸ Ibidem, p. 219.

⁹ SILVA, Mozart Linhares da. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 20.

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 46.

¹¹ Ibidem, p. 47.

à *evolução*¹². O Lamarckismo defendia que o meio provocava mudanças no organismo, que essas mudanças ocorriam devido a necessidades de se adaptar a esse meio e que os caracteres daí adquiridos seriam transmitidos de geração a geração. Dessa forma, a natureza evoluía, se complexificava e demonstrava uma tendência à perfeição.

Mas para Foucault não são as ideias evolucionistas de Lamarck que interessam e sim sua recusa a um princípio de classificação em que somente as formas visíveis fossem levadas em consideração. Nesse sentido, Foucault vai observar em fins do século XVIII uma alteração da relação da classificação com a representação. No capítulo VII de *As palavras e as coisas*, ele vai analisar justamente os limites dessa representação – que havia sido condição de possibilidade para a história natural no século XVII e permitido aos classificadores desenvolverem suas análises através da comparação de estruturas visíveis – e demonstrar que se estabelece uma distorção entre o espaço da *organização* e o da nomenclatura: “distinguir”, agora, não equivale mais à operação de “denominar”, configura-se, então, um princípio interno estranho ao domínio do visível, exterior à representação.

De acordo com Foucault, Lamarck entreabriu, assim, a idade da biologia. Entretanto, não se tem aí ainda um grande desvio do saber, mas a instauração do lugar a partir do qual ele seria possível. Para Foucault, foi Cuvier quem introduziu uma descontinuidade radical no saber clássico. Este, em um gesto iconoclasta, saqueou os frascos do museu, quebrou-os e dissecou a “grande conserva clássica da visibilidade animal”¹³. É a partir desse naturalista que se estudou a *organização* interna dos seres vivos, que, através da anatomia comparada, se estudou a disposição dos órgãos, suas correlações, suas ordenações em razão de suas funções, etc. A partir daí se teve uma classificação fundamentada nas leis da *organização* desvendadas pela anatomia comparada que permitiu, para além da identificação de semelhanças, como era feito até então pela história natural, o estabelecimento de diferenças. Constituiu assim “um território novo de identidades e diferenças, um espaço sem continuidades, no qual os seres foram divididos em grandes grupos coerentes em si mesmos, mas separados uns dos outros por hiatos: vertebrados, molusca, articulata e radiata”¹⁴. Segundo Silva, ainda no final do século XVIII

assistimos a um movimento de deslocamento da História Natural para a Biologia, da observação das exterioridades e das similitudes para as tessituras internas dos

¹² PAREDES, Marçal de Menezes. De convergências e dissidências: notas sobre o repertório teórico do final do século XIX. In: SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *Ciência, Raça e Racismo na Modernidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 158.

¹³ FOUCAULT, op. cit., p. 189.

¹⁴ DUARTE, Regina Horta. Limites e fronteiras entre história e biologia em Michel Foucault. In: ALBUQUERQUE JR; VEIGA-NETO; SOUZA FILHO (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 345.

organismos, da classificação e distribuição das espécies no espaço para as relações entre os organismos – suas estruturas e coerência anatomofuncionais – e o meio de vida¹⁵.

Cuvier instaurou, desse modo, as condições de possibilidade para a biologia, para o pensamento de Darwin¹⁶. Entretanto, assim como Portocarrero¹⁷ nos alerta para o fato de que a impressão de haver uma continuidade de ideias e de temas entre a história natural e a biologia não passa de um efeito de superfície, que do ponto de vista da arqueologia e da epistemologia o que há é uma mutação profunda e maciça no espaço geral do saber, Duarte nos chama atenção para outro fato, qual seja o de que dizer que Cuvier possibilitou Darwin não significa dizer que houve uma evolução sequencial e linear de ideias, mas apontar para o momento em que surge uma nova lógica para o pensamento e para o estudo da *vida*¹⁸.

Em relação a essa noção de *vida* que acaba de ser situada historicamente, torna-se possível agora voltar à questão posta no início deste capítulo, que fazia referência à afirmação de Foucault acerca da entrada da *vida* na história, acerca do que ele chamou de tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo¹⁹. Por conseguinte, torna-se mais compreensível o entendimento do tema/problema da biopolítica ao se acompanhar essa digressão empreendida pelo filósofo sobre a própria noção de *vida*, que se situa, como se viu, no registro da emergência dos saberes da modernidade, no deslocamento da episteme clássica para a episteme moderna, em que é possível observar a insurgência da biologia e correlativamente da *população*. Esta, enquanto novo sujeito-objeto, aparecerá em sua inserção biológica primeira

¹⁵ SILVA, Mozart Linhares da. Ciência, raça e racismo: caminhos da eugenia. In: _____. *Ciência, Raça e Racismo na Modernidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 158.

¹⁶ Sobre a questão de Foucault se referir a Cuvier e não a Lamarck como possibilitador do pensamento de Darwin, ver: DUARTE, 2008.

¹⁷ PORTOCARRERO, Vera. *As Ciências da Vida: De Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009, p. 18.

¹⁸ DUARTE, op. cit., p. 346.

¹⁹ Como já deve ter sido possível identificar, as questões discutidas neste texto estão apoiadas nas teorizações elaboradas por Foucault em diferentes momentos, em diferentes textos. Embora o filósofo não estabeleça uma linha contínua e ininterrupta de pensamento ao longo de suas obras – ao contrário, ele mesmo caracterizou suas pesquisas como fragmentárias, dispersas, que não chegavam a um termo e nem sequer tinham sequências –, há uma recorrência, uma retomada de temas e problemas em seus trabalhos passíveis de identificação, não com objetivo de atingir uma linearidade, mas como “pistas a seguir”, e cabe ao pesquisador, de acordo com o próprio Foucault (1999b, p. 6), “continuí-las ou mudar a direção delas”. Não se limitará, portanto, a análise das questões que interessam a esse trabalho dentro deste ou daquele domínio foucaultiano, estabelecendo cisões entre arqueologia, genealogia ou ética. É o caso aqui da noção de *vida*, que pensada como dobradiça entre o saber e o poder, permite estabelecer um elo entre biologia, biopolítica e racismo. Nesse sentido, Ternes (2009, p. 261) diz que a noção de *vida* que aparece na arqueologia foucaultiana “principalmente em *Les mots et les choses*, não pode ser reduzida a um simples ‘acontecimento na ordem do saber’. Podemos fazê-lo, penso, por uma questão de *método*. Mas o leitor de Foucault percebe logo que o nascimento da vida, na virada de século, tem, também, um forte *peso* político. E as pesquisas posteriores do filósofo, particularmente a partir de *A Vontade de Saber*, parecem *compensar* aquele mal-estar. A *episteme* que torna possível a Biologia e o jogo de forças que cria um *biopoder* não são acontecimentos exteriores e estranhos um ao outro. Foucault, em mais de uma ocasião, o diz com todas as letras: saber-poder”.

quando não mais se chamará o homem de “gênero humano”, mas sim de “espécie humana”. O biopoder surge, portanto, quando

o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana²⁰.

No deslocamento de uma sociedade de soberania para uma sociedade do biopoder, Foucault vai demonstrar como a questão passará a ser a da promoção da vida e não a sua repressão, simbolizada pela inversão da máxima “fazer morrer e deixar viver” para “deixar morrer e fazer viver”. Mas aí Foucault depara-se com um paradoxo. Como pensar a idade moderna como sendo aquela em que há a promoção e a majoração da vida, se é justamente nela que a humanidade se deparou com os maiores extermínios?

A resposta para essa questão Foucault localizou no *racismo*, que, segundo ele, introduziu um corte entre o que deve viver e o que deve morrer. Só que a morte, nesse caso, se dá em nome da vida, com a finalidade de eliminar algum perigo biológico à população, ou para promover o fortalecimento biológico de uma determinada “raça”.

Eu diria que essa relação (“se você quer viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você possa matar”) afinal não foi o racismo, nem o Estado moderno, que inventou. É a relação guerreira: “para viver, é preciso que você massacre seus inimigos”. Mas o racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro – “se você quer viver, é preciso que o outro morra” – de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder. De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura²¹.

Observa-se assim o estabelecimento de um vínculo entre as teorias raciais do século XIX, calcadas na biologia, e o discurso do poder. O racialismo, produto dessa relação de saber-poder, entra em cena tendo como função subdividir a espécie humana em “raças” e justificar a preponderância de umas em detrimento de outras.

No âmbito do deslocamento da história natural à biologia, constituíram-se, na Europa oitocentista, diversas teorias sobre o homem enquanto espécie. Essas “teorias raciais” estabeleceram regimes de verdade que configuraram as condições de possibilidade para o

²⁰ FOUCAULT, 2008a, p. 03.

²¹ Idem, 1999a, p. 305.

racismo moderno. Essas “ciências”, a começar pelas primeiras classificações taxonômicas, para além das paredes dos museus e laboratórios, acabaram por naturalizar as diferenças entre os homens. Nesse sentido, merecem destaque a antropometria, a craniologia, a frenologia, a criminologia, e, especialmente, o evolucionismo, que a partir da obra *A Origem das Espécies* de Charles Darwin, publicada em 1859, possibilitou o darwinismo social e a eugenia²².

No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato – ou seja, não tanto a própria teoria de Darwin quanto o conjunto, o pacote de suas noções (como: hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados) –, tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los²³.

É interessante notar que nessa passagem Foucault inscreve o evolucionismo dentro do quadro das relações saber-poder, negando-se a analisá-lo no registro das ideologias, das falsas verdades ou das pseudo-ciências. Nesse sentido, podemos pensar as teorias raciais oitocentistas no âmbito da articulação entre saber-poder-discurso, a partir do entendimento de que os discursos não narram, mas sim produzem. Isso significa que essas teorias são articuladas dentro de redes discursivas que produzem efeitos, que subjetivam e que seguem determinadas regras dadas historicamente, que se inscrevem no interior de determinadas formações discursivas – nesse caso da estatização do biológico –, que constituem determinados regimes de verdade²⁴. Assim, o evolucionismo, mediante um racismo, produziu certo regime de verdade que permitiu, justificou e legitimou os projetos nacionais e coloniais europeus no século XIX e XX, por exemplo.

O racialismo, portanto, também se insere no amplo debate acerca das nações e nacionalidades, questão cara ao século XIX. No Brasil não foi diferente, especialmente nas últimas décadas do Império, em que com a recepção do positivismo, do evolucionismo e do darwinismo, o problema biopolítico da “raça”, através da miscigenação, se apresentou e embaralhou a lógica moderna dentro da qual se pensava a construção do Estado-nação.

Desde 1870, na realidade, a influência do naturalismo, *darwinismo*, evolucionismo *spenceriano* e mesmo do positivismo adentrava as fronteiras tropicais. Durante todo o século XIX, vale notar, se acompanhava, mesmo timidamente, os ‘avanços’ da pesquisa acerca das classificações do *homo sapiens* e seus desdobramentos na

²² Entendendo que não é objetivo deste trabalho abordar detidamente cada uma das teorias raciais supracitadas, recomendamos, a quem tiver interesse: Silva (2007), Silva (2009), Schwarcz (1993), Skidmore (1976). E para uma discussão sobre as aproximações e distanciamento entre tais teorias ver: Paredes (2009).

²³ FOUCAULT, op. cit., p. 307.

²⁴ FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, FCC/Autores Associados, n. 114, p. 197-223, 2001.

medicina, psiquiatria, anatomia comparada, frenologia, antropometria, entre outras, que apontavam para as questões internas do país²⁵.

Mas as teorias raciais – em especial as de caráter poligenista²⁶, que acreditavam que a mistura levava à degenerescência – mostravam-se indigestas para pensar uma nação miscigenada. Tinha-se, por conseguinte, um complicador, um paradoxo a ser resolvido. De um lado, não era possível contornar a constatação de que se era um país mestiço. De outro, tornava-se premente constituir um *corpus* homogêneo à nação. E essa tarefa passava necessariamente pela gestão da população, pela gestão da multiplicidade étnica que compunha o povo brasileiro, por estratégias biopolíticas, portanto.

Como saída, nossos “homens de ciência” fizeram um uso seletivo e bastante particular desse arcabouço teórico europeu, não realizando simplesmente meras cópias de teorias. Como defende Schwarcz, eles buscaram “em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso”²⁷. E, assim, num ténue equilíbrio entre liberalismo – não esqueçamos que esse era o caráter de nossa constituição –, positivismo, evolucionismo, darwinismo social, determinismo biológico e climático, foram pensadas alternativas para o imbricado processo de construção da nação.

Nesse cenário, a miscigenação torna-se, através da teoria do branqueamento ou da degenerescência, a chave para pensar a nação dentro desse contexto biopolítico de gestão, mas esse é assunto para a próxima seção.

3.2 A gestão da mestiçagem no Brasil e o ideal do branqueamento

Dentro do quadro de emancipação política de Portugal, tornava-se premente também uma emancipação de ideias. Se até então a Universidade de Coimbra tinha sido um centro irradiador responsável até mesmo pela unidade territorial da colônia, como aponta José Murilo de Carvalho²⁸, agora se fazia necessário pensar a questão nacional sob novas bases,

²⁵ SILVA, 2007, p. 36.

²⁶ A poligenia e a monogenia (Cf. Silva, 2009) representavam posturas antagônicas acerca da origem da humanidade. A primeira defendia que os homens constituíam uma única espécie, derivados de um centro de criação uno e que as diferenças existentes eram derivadas de processos evolutivos-adaptativos. A segunda acreditava em centros de criação diversos e condenava veementemente a miscigenação por acreditarem se tratar de mistura entre espécies diferentes. Vale ressaltar, entretanto (Cf. Schwarcz, 1993), que a partir de Darwin a teoria evolucionista tornou-se uma espécie de paradigma de época, seguida tanto por poligenistas quanto monogenistas, diluindo assim a rigidez dessa fronteira.

²⁷ SCHWARCZ, 1993, p. 18.

²⁸ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: elite política imperial*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

sendo preciso, portanto, cunhar “uma *intelligentsia* local apta a enfrentar os problemas específicos da nação”²⁹. E os problemas não eram poucos. Bastava observar os moldes nos quais se configuravam os Estados-nação modernos e voltar o olhar para as organizações oligárquicas e escravagistas brasileiras para constatá-los.

Nesse sentido, em 1828 iniciaram-se os primeiros cursos de Direito na ex-colônia. Com o objetivo de atender aos dois grandes centros populacionais do país – nordeste e sudeste – foram criadas duas escolas, uma em Olinda, que em 1854 foi transferida para Recife, e outra em São Paulo. Schwarcz, através de um detido estudo acerca dessas duas instituições, concluiu que a discussão racial esteve mais presente na escola de Recife, em especial depois dos anos 1870. Já a faculdade de São Paulo permaneceu mais voltada, em tese³⁰, para o modelo político liberal universalista, não diferencialista.

Se a temática racial tornou-se mais recorrente a partir dos anos 1870, foi justamente porque as teorias racialistas europeias foram recepcionadas no Brasil nessa década. A partir daí, além dos princípios do classicismo, postulados biodeterministas orientarão as reflexões a respeito do contexto social, cultural e político do país. No entanto, por entender que a mistura de raças levaria à degeneração, essas teorias não foram integralmente aceitas, levando os intelectuais brasileiros a lançar mão de recursos interpretativos e adaptativos para conciliá-las com as especificidades locais.

Em Recife, na busca de um *status* científico, o direito se afastou da metafísica e da religião e encontrou, no positivismo, no evolucionismo, no darwinismo, ou naquilo que Sílvia Romero chamou de “um bando de ideias novas”³¹, o aporte teórico que passou a orientar uma nova geração de intelectuais³².

A recepção dessas teorias científicas deterministas significava a entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas. No caso da faculdade

²⁹ SCHWARCZ, op. cit., p. 141.

³⁰ Como a própria Schwarcz (1993) destaca em seu estudo, embora a Escola de São Paulo fizesse a defesa de um projeto liberal e modernizante, quando foi necessária a entrada de mão de obra livre para as fazendas de café, foram os critérios biologizantes que definiram quais eram os imigrantes desejados.

³¹ Sobre esse momento, Romero, (1926, p. 23-24) diz que “até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas que se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez”.

³² Nota-se que esse momento é apontado como o de irrupção dessas “ideias novas”; não significa, porém, que elas eram uníssonas. Vide, por exemplo, o fato de Sílvia Romero, ao defender sua tese de doutorado, ter um embate com a banca que não aceitava sua posição acerca da morte da metafísica. Esse incidente limitou as possibilidades profissionais de Romero em Recife, que acabou indo trabalhar no Rio de Janeiro.

de Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social-darwinistas resultou em uma tentativa bastante imediata de adaptar o direito a essas teorias, aplicando-as à realidade nacional³³.

Entre os que passaram pela Faculdade de Recife, além de Sílvio Romero, figuravam nomes como o de Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Clovis Bevilacqua. É interessante observar o engajamento político desses bacharéis, para além de intelectuais, se configuraram como planejadores sociais. Atuaram ativamente nos processos de abolição da escravidão e proclamação da República, planejaram a modernidade brasileira nos quadros da civilização e do progresso. Era uma “época de escritores combativos, de polemistas irados, de bacharéis em luta” como destaca Ventura³⁴.

Mas, no que se refere a pensar uma “saída científica” para a nação brasileira a partir da tradução do manancial racialista europeu, é Romero quem se destaca. Ele propõe, em *História da Literatura Brasileira*³⁵, que se passe da imitação das ideias europeias, do “antigo servilismo mental” à “escolha, à seleção literária e científica” dos escritos europeus. Sobre essa metodologia de re-leitura operada por Romero, Ventura nos diz que:

Baseou-se em Auguste Comte na crítica à metafísica e à teologia, o que não o impediu de rejeitar a classificação positivista das ciências e a lei dos três estados. O evolucionismo de Hebert Spencer forneceu, por sua vez, os principais conceitos de sua história literária, mas criticou a hipótese monogenista e a lei da repetição abreviada da história. Recorreu, ainda, à distinção entre povos “comunitaristas” e “particularistas” da Escola de Ciência Social de Le Play, de modo a apreender o caráter específico da formação brasileira, não aceitando, porém, as ideias católicas e o conceito cultural de raça, em desacordo com seus próprios pressupostos racistas. Apoiou-se em Gobineau na glorificação da raça ariana, ao mesmo tempo que dele divergia a respeito da miscigenação. De Buckle e Taine, adotou o critério naturalista, mas rejeitou o privilégio do meio em Buckle e a exclusividade dos fatores naturais em Taine, cujo descaso pelos aspectos psicológicos da criação literária criticava³⁶.

Dentro desse complexo exercício de incorporar seletivamente teorias de além-mar à especificidade local, Romero encontra justamente na miscigenação a solução para a construção da nacionalidade. Mesmo acreditando na existência de diferenças entre as raças, à *la* Gobineau³⁷, pensava que, através da lei evolucionista do predomínio do mais apto, nos cruzamentos inter-raciais prevaleceriam os traços da raça superior, ou seja, os caracteres do elemento branco. Combinava assim poligenismo e evolucionismo, defendendo que os povos

³³ SCHWARCZ, op. cit., p. 150.

³⁴ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13.

³⁵ Ver: Capítulo 1 – Fatores da Literatura Brasileira. In: ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960. Tomo I.

³⁶ VENTURA, op. cit., p. 50.

³⁷ Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), autor do livro *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de 1858, é considerado por muitos o pai do racismo científico. Poligenista, acreditava que as diferenças eram inatas e que a miscigenação levaria à degeneração. Em sua vinda, enquanto diplomata, ao Brasil, ficou aterrorizado com a larga mestiçagem aqui existente e a “feiura” da população daí decorrente. Em seus estudos posteriores utilizou o caso brasileiro para exemplificar suas teses.

não precisariam necessariamente passar pelos mesmos estágios evolutivos, que seria possível alterar esse processo linear, justificando, assim, “a criação do povo e da literatura brasileira, com características próprias, distintas de suas origens”³⁸. E eram essas características originais, leia-se a mestiçagem, que levariam à homogeneidade do povo, ao branqueamento da população brasileira.

Apesar desse esforço de interpretação, a partir de 1900 Romero mudou de posição, mostrou-se pessimista quanto à possibilidade de branqueamento do povo brasileiro e apontou para a inviabilidade da nação devido justamente a mestiçagem. Entretanto, deve-se pôr em evidência que foi com Romero que a mestiçagem começou a ser pensada de forma positiva, visto que levaria ao branqueamento da população. Ele apontou para a possibilidade de se pensar a mestiçagem em outros termos, não mais visto como uma sentença de atraso, de debilidade, mas dentro de um campo de positividade, que colocava no *porvir* a redenção do povo brasileiro. Caminhar-se-ia para a homogeneidade, para a constituição de um povo coeso no sangue, que era o que faltava, pois língua e religiosidade já apontavam para uma unidade.

A essa leitura *sui generis* de Romero referente à mestiçagem, opunham-se as ideias do médico Nina Rodrigues. Natural do Maranhão, Rodrigues mudou-se aos 22 anos para a Bahia para estudar na Faculdade de Medicina, onde depois, na década de 1890, assumiu a função de professor. Apesar de ter morrido jovem, aos 43 anos em 1906, ele gozou em vida o prestígio de ser um *homem de ciência*, suas pesquisas sobre etnologia e medicina legal tinham credibilidade e eram publicadas em importantes periódicos nacionais e internacionais.

De acordo com Skidmore³⁹, Nina Rodrigues foi o responsável pelo primeiro estudo etnográfico sério e respeitável sobre o negro brasileiro feito por um brasileiro, que era mulato, diga-se de passagem. Em *Os africanos no Brasil*, publicado postumamente, Rodrigues eleva o negro brasileiro a um objeto de ciência⁴⁰, colocando-o em um campo de visibilidade e saber. Ele analisa detidamente as procedências africanas dos negros brasileiros, os movimentos de sublevações e resistências, as línguas, as belas-artes, as festas populares, o folclore, a religião, a mitologia, o culto dos negros no Brasil. Ele concluiu a obra estabelecendo o valor social das raças e povos negros e de seus descendentes no país e atribuindo à criminalidade a herança psíquica dessas populações. Sobre a análise valorativa dos povos negros, diz Nina Rodrigues:

O que mostra o estudo imparcial dos povos negros é que entre eles existem graus, há uma escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento. Melhoram e progridem; são, pois, aptos a uma civilização futura. Mas se é impossível dizer se essa civilização há

³⁸ VENTURA, op. cit., p. 52.

³⁹ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 74.

⁴⁰ Quem faz essa afirmação acerca desse estudo de Nina Rodrigues ao prefaciá-lo é o próprio Sílvio Romero.

de ser forçosamente a da raça branca, demonstra ainda o exame insuspeito dos fatos que é extremamente morosa, por parte dos negros, a aquisição da civilização européia⁴¹.

Sobre a relação entre a herança psíquica que essas populações trouxeram da África e a criminalidade, ele diz:

A sobrevivência criminal é um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem antijurídico para uns réus já deve sê-lo para outros. [...] O conceito do direito de propriedade das sociedades africanas dá, ao meu ver, a justificação moral de grande número de crimes praticados pelos negros brasileiros⁴².

Essa obra é, usando a expressão de Schwarcz, “um grande inventário das populações negras” que se estabeleceram no Brasil⁴³. Apesar de atentar para as diferenças entre os diferentes grupos étnicos que compunham a população negra no país nesse estudo etnográfico, Nina Rodrigues é taxativo quando se refere ao conjunto resultante da composição desses grupos. Para ele, a “raça” negra no Brasil “há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”⁴⁴.

Além dos estudos etnológicos, Nina Rodrigues se dedicou à medicina legal. Em meio ao campo de formação de um saber médico no Brasil⁴⁵, a medicina legal estava ancorada nas teses racialistas europeias, mais especificamente na frenologia, na antropometria, na craniologia e na criminologia italiana. A frenologia, a antropometria e a craniologia forneciam os critérios, as medidas, para que os médicos-peritos brasileiros identificassem as diferentes “raças” que eles acreditavam existir, e, a partir dessa diferenciação as posicionassem numa escala hierárquica de evolução. Já, através da criminologia se pensava ser possível identificar tipos criminosos através da análise da anatomia dos sujeitos, antecipando-se assim ao crime propriamente dito, pois a ênfase não estava no crime, mas na figura do criminoso.

A obra do criminologista italiano Cesare Lombroso, *O homem criminoso*, de 1876, é a referência máxima dessa relação entre crime e biologia. Ele identificou os tipos criminosos a

⁴¹ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 8. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 296.

⁴² *Ibidem*, p. 306-308.

⁴³ SCHWARCZ, op. cit., p. 208.

⁴⁴ RODRIGUES, op. cit., p. 21.

⁴⁵ O Brasil, enquanto colônia de Portugal, era proibido de ter cursos superiores em seu território. Todavia, em 1808, com a vinda da Família Real e da Corte, fez-se necessária a presença de profissionais da área médica para atender a esse expressivo acréscimo populacional. Nesse mesmo ano, então, foram fundados dois cursos médico-cirúrgicos para formar profissionais no país, que na década de 1810 se transformaram em academias. Essas academias operavam precariamente e, em 1829, através de um projeto de reforma, foi criada a Sociedade de Medicina, e as academias foram transformadas em faculdades. Entretanto, nas quatro décadas que se seguiram, a organização e produção desses espaços ainda eram problemáticas. Somente na década de 1870, as faculdades de medicina se firmaram enquanto instituições de referência, portadoras de saberes científicos. Destacam-se, nesse sentido, as faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Ver: Schwarcz (1993).

partir de critérios estatísticos e antropométricos, atrelando características físicas a comportamentos morais. A ciência, mais especificamente a anatomia, detinha o saber necessário para reconhecer o criminoso nato, estabelecer seu perfil, descrever suas características. Dessa forma, “os fenótipos, os ângulos, medidas faciais, impulsos sexuais, resistência à dor (analgesia), estatura e até hábitos sociais, como o uso de tatuagens, sugeriam a Lombroso os traços que evidenciavam um tipo criminoso”⁴⁶.

Nina Rodrigues dedicou seu livro *As raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, de 1894, a Lombroso, entre outros nomes da medicina legal. Ele acreditava que o comportamento social dos indivíduos estava atrelado à “raça” e que esta deveria ter em lei uma responsabilidade penal diferenciada, tal como segue seu argumento:

a cada phase da evolução social de um povo, e ainda melhor, a cada phase da evolução da humanidade, [se] se comparam raças anthropologicamente distinctas, corresponde uma criminalidade própria, em harmonia e de accordo com o gráo do seu desenvolvimento intelectual e moral⁴⁷.

No entanto, como chama a atenção Skidmore⁴⁸, a tese de Nina Rodrigues, em que deveria ser dado tratamento jurídico diferenciado às diferentes raças, não influenciou a revisão do Código Penal Brasileiro em 1890. Esse racialismo ortodoxo de Rodrigues parecia não ser viável para um país onde as fronteiras étnicas nunca foram rigidamente demarcadas. As ideias acerca da miscigenação e do branqueamento de Romero pareciam mais adequadas enquanto solução nacional. Sobre elas dizia Nina Rodrigues:

No ponto de vista historico e social penso com o Dr. Sylvio Romero: todo brasileiro é mestiço, se não no sangue, pelo menos nas idéas. Mas, no ponto de vista do direito penal, que ora nos occupa, faz-se preciso considerar, no povo brasileiro, todos os elementos anthropologicos distinctos, como que elle actualmente se compõe⁴⁹.

Admittindo, como admitto, a população brasileira assim dividida em grupos ethnicos distinctos, consoantes com as proporções variaveis em que entraram em sua composição as tres raças puras, afasto-me definitivamente do Dr. Sylvio Romero, a cujos importantes trabalhos na espécie devo ensinar-vos a render o devido e merecido preito⁵⁰.

Não acredito na unidade ou quasi unidade ethnica, presente ou futura, da população brasileira, admittida pelo Dr. Sylvio Romero: não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o territorio do paiz: considero pouco provavel que a raça branca consiga fazer predominar o seu typo em toda a população brasileira⁵¹.

⁴⁶ SILVA, 2009, p. 42.

⁴⁷ RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1894, p. 50.

⁴⁸ SKIDMORE, op. cit., p. 77.

⁴⁹ RODRIGUES, op. cit., p. 89.

⁵⁰ Ibidem, p. 90.

⁵¹ Ibid., loc. cit.

A mestiçagem, para Nina Rodrigues, resultava, portanto, em tipos físicos degenerados⁵². No ensaio “Miscigenação, degenerescência e crime”, de 1898, Rodrigues apresenta um estudo de caso da comunidade de Serrinha na Bahia, onde ele atendeu a população local e registrou em notas casos de degenerescências físicas e mentais, concluindo que as manifestações de degenerescência são frequentes na população mestiça.

Ao questionar as causas dessa constatação, ele afasta a possibilidade da degenerescência dos mestiços ser decorrente de condições climáticas, higiênicas, sanitária ou de consaguinidade. Após refutá-las uma a uma, ele aponta para o cruzamento de “raças” diferentes como a razão que leva a população mestiça a resultar “num produto desequilibrado e de frágil resistência física e moral, não podendo se adaptar ao clima do Brasil nem às condições da luta social das raças superiores”⁵³.

Logo, não fazia sentido imaginar que através da miscigenação se teria uma nação branca. E foi justamente essa proposição de Rodrigues que os defensores da teoria do branqueamento tiveram que refutar no início do século XX. Foi preciso subverter a tese da degeneração e defender – tal como havia ensaiado Romero, porém dessa vez de forma muito mais otimista – que a mestiçagem levaria a população a ser cada vez mais branca. Nesse sentido, como chama a atenção Schwarcz, “precisamos levar a sério a mestiçagem, sobretudo porque, se existe uma teoria que é de fato criada no Brasil, é a teoria do branqueamento, de inícios do século”⁵⁴.

Hofbauer, no entanto, ao historicizar o branqueamento, não identifica sua emergência na virada do século XIX para o XX. Ele aponta para as relações raciais no Brasil colônia, onde já havia a possibilidade de alterar a cor da pele, onde “a percepção da cor (ou do fenótipo) orientava-se também pelas relações de poder (*status*, dinheiro) bem como pelos contextos sociais específicos”⁵⁵. Em outras palavras, a cor como sendo um caractere negociável. Na medida em que mais bem sucedido socioeconomicamente fosse o sujeito, maiores seriam suas chances de classificação como sendo da cor branca. Hofbauer cita exemplos de viajantes que passaram pelo Brasil e ficaram admirados com a maleabilidade e ambiguidade das fronteiras de cor aqui existentes, como o caso do inglês Henry Koster que viveu no Nordeste entre 1809 e 1815 e que, ao presenciar um “homem de cor” na função de

⁵² Suas ideias acerca da degenerescência provêm de Luiz Agassis, teórico poligenista norte-americano que condenava veementemente a mestiçagem. Cf. Skidmore (1976, p. 77).

⁵³ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Mestiçagem, degenerescência e crime*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/112459073/NINA-RODRIGUES-Mesticagem-degenerescencia-e-crime>. Acesso em: 22 nov. 2013.

⁵⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva. *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 178.

⁵⁵ HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

capitão-mor, questionou sobre como isso era possível se ele era mulato. A resposta que obteve foi a de que o capitão-mor “Era, porém já não é!”. Sua função trocou sua cor.

O que Hofbauer nos traz aqui é que, diferentemente dos Estados Unidos, onde se constituiu uma sociedade birracial, o que se teve no Brasil foi a constituição de uma sociedade plurirracial, perpassada amplamente pela miscigenação. O que não significa dizer que os processos de navegação social eram comuns ou que o preconceito não fosse uma constante. Já o que parece ter ocorrido nas últimas décadas do século XIX e início do século XX no Brasil foi a entrada no campo dos discursos de enunciados biologizantes sobre as diferenças humanas e a possibilidade de colocar esses enunciados dentro de uma razão de governo. Surgem preocupações de como gestar a população a partir desses saberes que se inscrevem sobre a *vida*⁵⁶.

Em relação à gestão da mestiçagem via teoria do branqueamento, localiza-se na participação de João Baptista Lacerda, diretor do Museu Nacional, no Congresso Universal das Raças, realizado em 1911 em Londres, o exemplo mais bem acabado. Esse Congresso se traduzia numa tentativa de diálogo internacional em prol da paz entre as nações – que estava prejudicada em decorrência do sistema colonialista – por intermédio de uma discussão à luz da ciência e da consciência moderna, contando com representantes de todos os continentes⁵⁷.

Em um cenário que variava entre o humanismo liberal e o nacionalismo racista, o Congresso, em suas diretrizes, apontava para a primeira tendência. Entendimentos mais humanistas e liberais se sobressaíram e os intelectuais presentes no evento assumiram “senão uma visão deliberadamente antirracista, ao menos uma posição mais crítica sobre a maneira como as relações raciais e os conflitos nacionais vinham sendo geridos pelo sistema colonialista”⁵⁸. Os grandes pontos em debate diziam respeito à miscigenação, à noção de fixismo e ao quanto o meio poderia ser determinante em relação à raça. Através de trabalhos como o de Franz Boas – que embora não comparecendo ao evento, enviou o seu texto – e o de Du Bois, por exemplo, os determinismos raciais começavam a ser fortemente questionados.

Lacerda foi ao Congresso na condição de Delegado Oficial do Brasil e participou da sessão que debateu a “consciência moderna em relação à questão racial”. Seu trabalho abordou a questão da miscigenação no Brasil e a possibilidade de branqueamento da

⁵⁶ A noção de vida deve ser entendida aqui tal como foi discutida na seção anterior.

⁵⁷ Sobre o Congresso, cf. SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*, Belém, v. 7, n. 3, p. 745-760, set./dez. 2012.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 750.

população mestiça. Para ele, os mestiços não possuíam qualidades intelectuais inferiores, ao contrário, podiam ser hábeis políticos, poetas, pintores, literatos, advogados, médicos. Para ele, a ascensão dos mestiços na escala social, seguia as leis da seleção natural⁵⁹. Dessa forma, argumentava que os mestiços não deveriam ser colocados no nível das raças inferiores, como os negros, mas que também não estavam no nível das raças mais fortes, provenientes do tronco ariano.

Sua tese era de que em menos de um século a população brasileira seria branca. Isso se daria em decorrência de três fatores principais: a seleção sexual, pois no intercuro sexual um mestiço de pele mais escura procuraria outro de pele mais clara para se relacionar com vistas a “clarear” sua linhagem de descendência; a farta entrada de imigrantes no Brasil, juntamente com a possibilidade de administrar, como vinha sendo feito, quais imigrantes entravam no país⁶⁰; e a condição de abandono ao que o negro foi relegado depois da abolição, o que lhe diminuía a expectativa de vida.

Seus argumentos basearam-se principalmente nos dados estatísticos reunidos por Roquette-Pinto, seu assistente no Museu Nacional. Esses dados apontavam para o crescimento substancial da população branca entre os anos de 1870 e 1910 no país, o que sugeriria, numa progressão aritmética, o desaparecimento da raça negra em um século, o que, de fato, acreditou Lacerda.

A ideia básica do branqueamento, portanto, consistia em acelerar um processo tido como natural. Era necessário gerenciar a imigração europeia, permitindo a entrada de imigrantes que tivessem potencial à miscibilidade, e clarear o Brasil por intermédio da seleção sexual. Tratava-se de intervir no processo de “seleção natural”, com vistas a aperfeiçoar a raça, melhorar o povo. Elaborou-se uma política de intervenção que procurava gerenciar a população a partir de critérios biológicos. Tinha-se delineado, portanto, uma estratégia biopolítica de gestão.

⁵⁹ LACERDA, João Baptista. Sobre os Mestiços no Brasil. Tradução de “Sur le métis au Brésil” (Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911, Paris, Devouge, 1911). In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro. v. 18, n. 1, p. 225-242, jan./mar. 2011.

⁶⁰ Sobre imigração e racismo, cf. SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCVV, 1996.

3.3 Medicina Social, Higiene e Eugenia

A emergência do biopoder, dessa nova economia de poder que se dedica à promoção e à gestão da *vida*, alterou significativamente a forma de organização das sociedades ocidentais. Seus mecanismos e suas técnicas passaram a “investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência”⁶¹. Poder e saber se focaram nesses processos pertinentes à *vida*, buscando controlá-los, modificá-los, normalizá-los. Entre os saberes que passaram a levar em conta e promover essa noção de *vida*⁶², está o saber médico. A medicina terá, segundo Foucault, importância considerável em meio a essa nova dinâmica de poder, pois estabelece um vínculo entre as influências científicas e as técnicas políticas de intervenção, tanto sobre os processos biológicos, quanto sobre os orgânicos⁶³. Atua, por consequência, na dupla inscrição sobre a população e o corpo, obtendo, assim, efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores. A medicina, entretanto, não é contemporânea ao biopoder, as práticas médicas acompanham a história do homem. Na antiguidade, por exemplo, procedimentos bastante complexos já eram realizados. Mas o que surge no século XVIII trata-se de um tipo diferenciado de medicina daquela que vinha sendo praticada ao longo dos séculos, trata-se da medicina social.

Neste ponto, considera-se ser importante fazer uma breve digressão sobre essa ruptura que se processou no saber médico. Tal como se acompanhou na primeira seção desse capítulo, o deslocamento da história natural para a biologia, acompanhar-se-á agora o deslocamento da medicina clássica para a medicina moderna. Esse breve parêntese é necessário na medida em que situa temporalmente as questões que aqui serão tratadas e permite posteriormente pensar de forma mais contextualizada a medicina social no Brasil, bem como sua estreita ligação com o higienismo e deste, por sua vez, com a eugenia.

Foucault abordou o nascimento da medicina social em uma conferência que proferiu no Rio de Janeiro em 1974. Nessa conferência ele defende que com o desenvolvimento do capitalismo em fins do século XVIII e início do XIX não ocorreu o deslocamento de uma medicina coletiva para uma medicina privada, ao contrário, houve uma socialização do corpo enquanto força de trabalho. Dessa forma, ele afirma que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a

⁶¹ FOUCAULT, 1988, p. 135.

⁶² Essa noção já foi discutida na primeira seção deste capítulo.

⁶³ FOUCAULT, 1999a, p. 301-302.

sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”⁶⁴.

No processo de formação da medicina social, o filósofo aponta para três sistemas distintos de práticas voltadas à melhoria do nível de saúde das populações: a medicina de Estado na Alemanha, a medicina urbana na França e a medicina da força de trabalho na Inglaterra. O primeiro, que se desenvolveu inicialmente na Alemanha a partir de meados do século XVIII, tinha programas efetivos centrados na melhoria do nível de saúde da população, o que, segundo Foucault, se chamou de polícia médica de Estado. Ela dispunha de um sistema de observação das taxas de morbidade, de uma organização administrativa estatal que controlava as atividades dos médicos, de uma normalização da prática e do saber médico. Estava articulada, portanto, com a estatística enquanto ciência de Estado, que produz os conhecimentos que possibilitam as práticas de governo. Era uma medicina de Estado, o que significa dizer que no início da medicina moderna se localizava o máximo de estatização.

Já a segunda direção da formação da medicina social localiza-se na França e se constitui correlativamente ao desenvolvimento da urbanização, à necessidade de organização de um corpo urbano de modo coerente, homogêneo, regulamentado. Visava-se a boa organização sanitária da cidade e para isso era preciso esquadrihar os espaços, distribuir os indivíduos, inspecioná-los e assim manter um registro de todos os fenômenos e, principalmente, sobre o estado de saúde de cada um.

É nesse sentido que se começa a dar uma atenção especial aos possíveis focos de doenças, na tentativa de eliminá-los até mesmo antes da manifestação patológica. Entre os locais onde havia acúmulos que poderiam gerar doenças, estavam os cemitérios, sendo nessa época, então, que eles foram afastados das áreas residenciais e as sepulturas começaram a ser individualizadas e não coletivas. Essa individualização “do cadáver, do caixão e do túmulo aparece no final do século XVIII por razões não teológico-religiosas de respeito ao cadáver, mas político-sanitárias de respeito aos vivos”⁶⁵.

Passa a ser necessário também controlar a circulação de elementos como a água e o ar, por serem possíveis fatores patogênicos. Isso se dava através do planejamento urbano, da abertura de avenidas largas e longas para que o ar pudesse circular com facilidade e também da organização de corredores de água, do cuidado com as margens dos rios. A medicina urbana francesa é uma medicina das condições de vida e dos efeitos dos meios sobre a

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. O Nascimento da medicina Social. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007, p. 80.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 89-90.

existência do homem, não dos homens diretamente. Registra-se aí o aparecimento da noção de salubridade, que não é a mesma coisa que saúde, mas sim sobre como agir sobre o meio e seus elementos para ter um melhor estado de saúde.

Já o terceiro sistema de medicina social apontado por Foucault foi aquele voltada para a potencialização da força de trabalho e pode ser analisado através do exemplo da Inglaterra, berço da Revolução Industrial. O que há de diferente na medicina social inglesa é que essa se volta não especificamente para os cuidados médicos, mas inicialmente para o controle do pobre através da medicina, pois, na medida em que este se beneficia de um sistema de assistência, precisa se submeter aos controles médicos.

Esse sistema vai desembocar nos anos 1870 nos sistemas de *health service* e *health officer* ingleses, que tinham por objetivo controlar e estabelecer a obrigatoriedade das vacinações, registrar as epidemias e as doenças que pudessem vir a se tornar epidêmicas, localizar focos de insalubridade e anulá-los. A diferença desses novos sistemas é que eles não visam a um grupo delimitado apenas, mas à população em geral, além das coisas e do espaço social. Entretanto, pode se dizer que eles incidem com mais vigor sobre os mais pobres, para promover a saúde de seus corpos e torná-los mais aptos ao trabalho e menos perigosos frente à população de maior recurso econômico. Logo, o risco também é uma das razões que leva a esse tipo de medicina. O perigo médico que as camadas pobres começaram a representar às cidades resultou na organização de áreas para pobres e outras para ricos, bairros de pobres e bairros de ricos. Dessa forma, se constitui um cordão sanitário que divide autoritariamente esses dois espaços.

Segundo Foucault, foi essa forma da medicina social inglesa que prevaleceu, pois foi ela que possibilitou a coexistência e superposição de três faces da medicina: uma medicina assistencial, voltada aos mais pobres, uma medicina administrativa, que normalizava a prática médica e que produzia um saber sobre as epidemias e as formas de evitá-las, e uma medicina privada, voltada àqueles que tinham condições econômicas de obtê-la. Sobre essa delimitação de setores, disse Foucault que

enquanto o sistema alemão da medicina de Estado era pouco flexível e a medicina urbana francesa era um projeto geral de controle sem instrumento preciso de poder, o sistema inglês possibilitava a organização de uma medicina com faces e formas de poder diferentes segundo se tratasse da medicina assistencial, administrativa e privada, setores bem delimitados que permitiram, durante o final do século XIX e primeira metade do século XX, a existência de um esquadramento médico bastante completo⁶⁶.

⁶⁶ FOUCAULT, op. cit., p. 97-98

Mas e no Brasil, é legítimo pensar em uma medicina social dentro do quadro que foi apresentado por Foucault? Será válida a mesma periodização? Como emerge a medicina moderna entre nós, enquanto saber médico e prática social?

Machado *et al.*, sensível a questão de que não se pode transferir *ipsis litteris* os estudos de Michel Foucault a contextos diferentes, no livro *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*, procura definir através da análise histórica o conceito de medicina social e sua emergência no Brasil. De acordo com ele, “foi em determinado momento de nossa história que nasceu um tipo específico de medicina que pode ser chamada de medicina social pela maneira como tematizou a questão da saúde da população e procurou intervir na sociedade de maneira global”⁶⁷. Sua tese é de que a relação saúde/sociedade, que hoje nos parece intrínseca e atemporal, não existia no Brasil até o século XIX e que para observar com maior clareza a emergência desse novo tipo de medicina, basta atentar para a prática médica na época colonial e compará-la com o projeto teórico e prático que se estabelece no século XIX no Brasil.

No Brasil colonial havia uma carência, praticamente uma inexistência, de médicos. Como na colônia não podiam existir faculdades e como os profissionais da metrópole não se interessavam em vir para cá – pois, além das poucas vantagens profissionais que lhes eram oferecidas, o exercício da medicina era comprometido em razão da pouca disponibilidade ou até mesmo da ausência de remédios –, os tratamentos dos doentes e as curas se davam mais por mãos de pajés, de curandeiros, de jesuítas ou dos próprios fazendeiros.

Entretanto, havia, por parte da Coroa, tentativas de fiscalização dessas práticas, ou melhor, tentativas de fiscalizar a arte da cura. Para tanto, contava com a atuação da Fisicatura, em que os ocupantes do cargo de Físico-mor tinham por mister fiscalizar os procedimentos médicos e os de Cirurgiões-mor os procedimentos cirúrgicos. Estas eram consideradas duas artes distintas, “nem os físicos podiam exercer a cirurgia, nem os cirurgiões curar de medicina”⁶⁸. O objetivo da Fisicatura era controlar o exercício da medicina tanto na metrópole como em seus domínios ultramarinos. Em substituição à Fisicatura, mas dentro dos mesmos moldes, em 1782 é criada em Portugal, por D. Maria, a Junta do Proto-Medicato. Cabia aos integrantes da Junta conceder os vistos para o exercício de atividades médicas, tanto na metrópole como nas colônias, aos chamados cirurgiões práticos ou empíricos, bem como regulamentar o exercício da medicina, da cirurgia e farmácia.

⁶⁷ MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 154.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 28.

Não havia diferenças significativas em relação à forma de atuação da Junta do Proto-Medicato e da Fisicatura. Ambas destinavam-se a legislar, a controlar, a fiscalizar o exercício da medicina. Em ambas se tratava de um modelo de governo encimado pela figura do Rei, que operava pela jurisdição, de modo que, através da lei, podia multar os infratores. Tão próximas estavam, que em 1808, quando chegou ao Brasil, Dom João VI extinguiu a Junta – pois não era possível transferi-la de imediato para a colônia – e restabeleceu os cargos de Cirurgiões e Físico-mores.

Parte constituinte do exercício da soberania, a medicina era voltada para um modelo burocrático-administrativo, que operava pela repressão, pela punição. Tratava-se de um poder médico que não tinha por objetivo a sociedade ou criar melhores condições de saúde para a população através da prevenção de doenças, mas de um poder que tinha por objetivo a própria medicina, através da fiscalização das práticas médicas, da regulamentação e da legalização destas. Não havia nada nesse modelo que o aproximasse de uma medicina social. O foco não estava na saúde, estava na doença. Tratava-se mais de “combater o mal do que cultivar um bem. A saúde não aparece como algo que possa ser produzido, incentivado, organizado, aumentado. Embora encerre o máximo de positividade, só é percebida negativamente pela presença da realidade representada pela doença”⁶⁹.

Já a medicina social emerge quando se percebe que é possível evitar a doença, quando se pensa em prevenção, quando se desloca o enfoque da doença para a saúde. Ocorre, daí, um deslocamento de objeto, que vai do corpo doente para tudo aquilo que o cerca, ou seja, para o entorno, para o meio no qual esse corpo está inserido. Nesse processo de observação, a medicina é levada a dialogar com outros saberes: estatísticos, históricos, sociológicos, econômicos, geográficos, geológicos, entre outros. É preciso tentar dar conta do todo social, para tentar dar conta do homem, enquanto ser que vive em sociedade. E dentro dessa nova concepção de medicina, a higiene tem lugar privilegiado:

A higiene será um tipo de intervenção característica de uma medicina que coloca em primeiro plano a questão de sua função social; que produz conceitos e programas de ação através de que a sociedade aparece como o novo objeto de suas atribuições e a saúde dos indivíduos e das populações deixa de significar unicamente a luta contra a doença para se tornar o correlato de um modelo médico-político de controle contínuo. A higiene pública é uma face da medicina social⁷⁰.

Machado *et al.*, localiza a mudança de direção na relação entre Estado, sociedade e medicina a partir da chegada da Corte no Brasil em 1808⁷¹. Nesse sentido, aponta para a consulta que o recém-chegado D. João VI faz ao Físico-mor Manoel Vieira da Silva acerca

⁶⁹ MACHADO *et al.*, *op. cit.*, p. 56.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 53.

⁷¹ *Ibid.*, p. 159.

das causas das doenças aqui existentes e sobre como removê-las. A resposta do Físico-mor demonstra uma preocupação com a higiene pública: com a contaminação do ar, com as águas estagnadas, com as sepulturas nas igrejas, com o uso coletivo de sepulturas nos cemitérios, com o mal estado dos alimentos, com a circulação de pessoas e mercadorias no porto, com a liberdade excessiva com que se exercia a medicina por aqui.

Em resposta, D. João cria em 1809 o cargo de Provedor-mor de Saúde, o qual é ocupado pelo referido físico com o objetivo de estabelecer uma polícia sanitária na colônia como forma de identificar e extinguir os focos de doença. De acordo com Machado *et al.*⁷², esse é uma ocasião importante, pois assinala não só uma preocupação com a higiene como também “o momento em que uma instância propriamente médica assume o controle das medidas de higiene pública”.

Em 1828, pós Independência, a Fisicatura é extinta definitivamente e a saúde pública fica sob os cuidados das Câmaras Municipais. A medicina social – que a Fisicatura não pôde dar conta de forma satisfatória, pois estava mais ocupada com as atividades jurídico-burocráticas de fiscalizar e punir – a partir daí, passa a se impor como uma necessidade. Nesse sentido, é criada em 1829 a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, inscrita sob duplo objetivo: promover a saúde pública e fazer a defesa da ciência médica.

O primeiro objetivo se referia a abrir espaço para a discussão, constituição e difusão desse novo tipo de medicina. Tratava-se de planejar e implantar uma série de medidas voltadas à higiene pública em diferentes locais, como portos, hospitais, prisões. Para tanto, a Sociedade prestava assessoria às Câmaras Municipais, estreitando os laços entre medicina e Estado. O segundo objetivo dizia respeito à luta pelo controle do saber da medicina, que deveria ser conferido aos médicos, que se opunham a quaisquer outras formas de cura, designando como “charlatão” quem a elas se dedicasse sem a necessária titulação. Nesse sentido, a Sociedade elabora o projeto que é aprovado como lei em 1832 e institui no Brasil as primeiras Faculdades de Medicina⁷³.

A Sociedade de Medicina foi marcada pela inspiração do modelo de medicina social francês. Inclusive entre seus fundadores constavam médicos franceses e profissionais brasileiros que estudaram na França. A Sociedade se tornou o grupo mais representativo em prol da medicina social e nos anos que se seguiram, esse tipo específico de saber médico foi se delineando e se afirmando como indispensável, enquanto apoio científico, ao exercício de

⁷² MACHADO *et al.*, op. cit., p. 164.

⁷³ São criadas duas Escolas/Faculdades de Medicina no Brasil. Uma no Rio de Janeiro e a outra na Bahia. Para saber mais sobre as Faculdades de Medicina, cf. Schwarcz (1993, p. 189-238).

poder do Estado. Cabe ressaltar aqui, como exemplo, sua atuação no combate às epidemias que surgiram no Rio de Janeiro entre os anos 1830 e 1850 e que resultou na criação da Junta de Higiene Pública em 1851.

Acompanhou-se, como propôs Machado *et al.*, a gênese da medicina social no Brasil e pode-se observar uma relação estabelecida entre Estado, sociedade e medicina na metade do século XIX, sobre a qual ele diz:

A situação atingida em 1850 não é contudo algo inteiramente novo ou esporádico, mas o resultado de uma luta intensa, planejada, conduzida. Luta que lança a medicina na sociedade, amplia o seu objeto e ao mesmo tempo restringe o seu exercício a homens normalizados pelo seu poder⁷⁴.

Se agora já se tem delimitado historicamente a emergência da medicina social no Brasil – com seu deslocamento de objeto: da doença para a saúde; com seu deslocamento de estratégia: do agir *a posteriori* ao fato para o agir preventivamente a ele; com seu deslocamento de público alvo: do corpo individual para a população – pode-se dizer que de lá para cá ao que se assistiu foi a uma potencialização desse saber, que perpassou todas as instâncias da sociedade.

Como se viu, Machado *et al.* localizou na vinda da corte em 1808 as primeiras aproximações entre saúde pública e Estado no Brasil e continuou sua análise demonstrando como a medicina social se consolidou no país no decorrer do século XIX. Pode-se observar, entretanto, que ele trabalha nitidamente com um recorte espacial para falar da emergência da medicina social, que é a cidade do Rio Janeiro. Esse fato é bastante compreensível porque, junto com a família real, desembarcou no Rio em 1808 um expressivo contingente populacional, o que ocasionou um crescimento demográfico desordenado daquela cidade e que nos ajuda a entender o surgimento da medicina social naquele contexto.

Mas é preciso ter nítido que essa nova forma de pensar a saúde e a população não se estendeu para as outras regiões do país nesse mesmo período. Houve estágios diferentes e até hoje essas questões não são pensadas de forma completamente homogênea de norte a sul do país, embora esforços de normalização se deem cada vez mais nesse sentido.

Todavia, quando se trata de higiene e saúde pública, é comum deparar-se com a afirmação de que o Brasil foi descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. Veja-se agora o que isso significa.

Como se viu na seção anterior, acerca das teorias racialistas no Brasil, determinismos raciais e climáticos respondiam pela apatia e degeneração do povo brasileiro. Os males estavam localizados no “meio” e no “sangue”. Sendo assim, soluções originais foram

⁷⁴ MACHADO *et al.*, *op. cit.*, p. 193.

pensadas a partir da década de 1870 para gerir a população e dar conta dessas questões que tanto afligiam os intelectuais da época. As teses racialistas foram discutidas nas diversas instituições produtoras de saber: nos museus, nos institutos históricos e geográficos, nas faculdades de direito, nas faculdades de medicina. Nestas, vimos com maior atenção o caso da medicina legal na Bahia, com Nina Rodrigues, que fortaleceu o discurso da degenerescência do povo brasileiro.

Já os médicos higienistas da década de 1910 são os responsáveis, como é voz corrente em nossa historiografia, por afastar os determinismos do fim do século, através de um diagnóstico de que o mal do povo brasileiro não era a raça ou o clima, mas a doença. Explicava-se então a apatia do povo: “o brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos”⁷⁵.

O chamado movimento sanitarista foi um movimento nas primeiras décadas do século XX pela reforma da saúde pública. Ele localizava na doença, principalmente nas endemias rurais, o grande problema e propunha uma série de políticas de saúde e saneamento a ser implementadas pelo Estado, o qual, no entender do movimento, deveria promover essas ações de forma centralizada e abrangente, não se limitando apenas aos grandes centros urbanos. Os caboclos do sertão brasileiro careciam de cuidados e as expedições realizadas pelos higienistas demonstravam isso.

Nas primeiras décadas do século XX, destacaram-se as viagens científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz, com o objetivo de promover “conhecimento científico” sobre o território e as populações do interior do País. Ênfase especial obteve a expedição realizada em 1912 no Norte e Nordeste do Brasil pelos pesquisadores Arthur Neiva e Belisário Penna. O relatório dessa viagem, publicado anos mais tarde, tornou-se célebre nos meios intelectuais, médicos e políticos, pois caracterizava as populações do interior do país pela doença, pelo analfabetismo, pelo isolamento geográfico e cultural. Eram populações pobres, que tendiam a regredir e não demonstravam vocação para o progresso. Apontado como o marco de origem da campanha nacionalista pelo saneamento rural, juntamente com a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, esse relatório continuou repercutindo nas décadas seguintes, consolidando

⁷⁵ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, Marco Chor (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996, p. 23.

a imagem do Brasil doente e provocando diversas iniciativas para revertê-la, entre elas a constituição da Liga Pró-Saneamento em 1918⁷⁶.

Acreditando no saneamento como medida redentora da nação, em 1918 um grupo, constituído por integrantes das principais instituições “científicas” da época – como do Instituto Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, do Museu Nacional – fundou a Liga Pró-Saneamento do Brasil. Em torno da Liga e de seus objetivos em prol do saneamento rural, congregaram-se também profissionais liberais, advogados, engenheiros, médicos, políticos. A Liga, ao aproximar saúde e educação, realizou intensas campanhas, promovendo ações educativas e contando com delegações regionais em todas as regiões do país.

A campanha da Liga tinha como objetivo mais imediato a criação de uma agência pública de âmbito federal que coordenasse efetivamente as ações de saúde em todo o território nacional e superasse os limites que constrangiam a ação da Diretoria Geral de Saúde Pública. A realização desse objetivo supunha a geração de uma consciência nacional que identificasse no abandono e na presença de endemias as características distintivas da população rural brasileira⁷⁷.

Em um momento em que o nacionalismo estava sendo amplamente discutido, pois se tratava do contexto da Primeira Grande Guerra, os médicos sanitaristas reclamavam para a ciência, para a medicina o papel preponderante de organização nacional⁷⁸. Em uma disputa de saber/poder que se arrastava desde a criação das faculdades de Direito e de Medicina⁷⁹, médicos e bacharéis pleiteavam, cada um por seu turno, o encargo de planejar os rumos da nação, de forma que, na década de 1910, o grande descontentamento dos médicos era o fato de as áreas de educação e saúde estarem subordinadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, órgão controlado por políticos e bacharéis. Ao Ministério estava vinculada a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), de alcance limitado, voltado para as epidemias urbanas do Distrito Federal, que era o Rio de Janeiro. Já os estados e municípios, dentro do modelo de federalismo da República, tinham a autonomia e jurisdição sobre a saúde pública de suas unidades federativas, o que, de acordo com os médicos sanitaristas, significava uma oligarquização da política, a qual gerava ações artificiais e incompatíveis com o que eles entendiam que necessitava ser feito em termos de saúde pública no país⁸⁰.

⁷⁶ SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 183-203, jul. 2009.

⁷⁷ LIMA; HOCHMAN, op. cit., p. 26.

⁷⁸ Ibidem, p. 25.

⁷⁹ Cf. SCHWARCZ (1993, p. 190-191).

⁸⁰ LIMA; HOCHMAN, op. cit., p. 25.

Com a campanha pelo saneamento promovida pela Liga, os temas referentes à profilaxia rural, a endemias, ao abandono dos homens do sertão entraram na ordem do dia. Soluções institucionais que revertessem esse quadro de doenças e desamparo eram prementes. Nesse sentido, a importância da criação de um Ministério da Saúde Pública, que centralizasse os serviços de saúde pública na esfera federal, era o objetivo dos defensores do saneamento e da higiene. Elaborado ainda em 1918, o projeto, entretanto, foi vetado na Câmara, que em sua substituição aprovou a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Embora houvesse uma distância considerável entre a criação de um Ministério e a de um Departamento, os membros da Liga consideraram que, com a criação do Departamento e com a sua direção nas mãos dos integrantes do movimento pelo saneamento, os objetivos tinham sido atingidos e a Liga foi extinta em dezembro de 1919.

É interessante reter, entretanto, qual definição de saúde a Liga Pró-Saneamento possuía. A Liga, assim como entendia seu presidente Belisário Penna, acreditava que a saúde era a base do rigor físico, da melhoria da raça, da riqueza e do progresso. De outro lado, a doença não só comprometia a saúde dos indivíduos, mas também a rigidez moral. Como o Brasil era um país de doentes, estava justificada a existência de crimes, cinismos, traições. Logo, o higienismo deveria anular os focos de doenças e regenerar a raça, constituir um povo⁸¹.

Esses ideais do higienismo e da medicina social se aproximaram no Brasil de uma nova ciência que estudava a hereditariedade e visava o aprimoramento da espécie humana: a eugenia.

Belisário Penna ao prefaciар a obra *Eugenia e Medicina Social* de Renato Kehl, publicada em 1923, definia a eugenia como a ciência que possibilitaria ao homem aperfeiçoar-se física, intelectual e moralmente, possibilitando assim um tipo equilibrado, livre de defeitos e taras. Para ele a eugenia tinha por fim

a pesquisa e a aplicação dos conhecimentos uteis á reprodução, á conservação e ao aperfeiçoamento da especie, cuidando particularmente dos assumptos de **hereditariedade e de selecção** no que fôr applicavel á especie humana, das questões relativas **á influencia do meio**, da situação economica, da legislação e dos costumes sobre o valor das gerações successivas, e sobre suas aptidões physicas, intellectuaes e moraes. É, pois, uma sciencia vasta, que abrange problemas sociaes dos mais importantes, e acompanha de perto **a hygiene**, sua percursora no aperfeiçoamento da humanidade⁸².

⁸¹ BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

⁸² PENNA, Belisário. Prefácio. In: KEHL, Renato. *Eugenia e Medicina Social: problemas da vida*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923, p. 3-4 (Grifos nossos).

Penna coloca, portanto, a higiene como precursora da eugenia. Não se poderia pensar em saúde nas décadas de 1920 e 1930 no país sem atentar para aquelas que eram tidas como suas duas bases: higiene e eugenia. No Brasil elas estavam estreitamente relacionadas.

A eugenia foi criada por Francis Galton, que se inspirou no evolucionismo darwiniano, através de uma analogia entre a ideia de reprodução humana e seleção natural. Galton acreditava que as aptidões dos homens eram fruto de heranças hereditárias e que se poderia intervir nesse processo para acelerar a seleção natural, acelerar a evolução humana. Galton batizou essa nova “ciência” em 1883 como “eugenia”, que etimologicamente significava “*eu*: boa” e “*genus*: geração”.

Eugenia, entretanto, nos remete muitas vezes, não sem sentido, à ideias extremadas de limpeza racial, como a prática de eutanásia ou a de esterilização involuntária. Na tentativa de impedir que más características fossem transmitidas hereditariamente, em nome da eugenia, esterilizou-se, nas quatro primeiras décadas do século XX, por exemplo, mais de 8.500 dinamarqueses, pelo menos 15.000 suecos, aproximadamente 70.000 norte-americanos, e em torno de 1% da população alemã⁸³.

Em uma pesquisa que é referência no assunto, Stepan nos alerta para o fato de que na América Latina a eugenia se deu por outras vias daquelas existentes em parte da Europa e nos Estados Unidos, que tinham grande ênfase no controle da reprodução humana. Embora não de forma unânime, aqui defendeu-se e praticou-se uma eugenia mais próxima da ideia de que era possível promover a saúde, o aperfeiçoamento da população, através de reformas sociais. Stepan credita as diferenças de significado político e científico da eugenia na América Latina à ligação cultural existente com a França, onde predominava um tipo de eugenia diferenciado daquele existente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

Apesar de ser o pai da eugenia, por questões em muito ligadas à moralidade cristã, Galton não viu sua “ciência” ser aceita de imediato. Foi somente com as descobertas em 1890 de August Weismann sobre a continuidade do plasma germinativo e logo em seguida com a redescoberta das leis de Gregor Mendel sobre a estabilidade dos caracteres hereditários nas plantas, que a ciência eugênica ganhou amplitude⁸⁴. A eugenia assimilou as teorias da hereditariedade. Considerava-se, assim, que a linhagem, em detrimento dos hábitos sociais, era o principal determinante.

⁸³ STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 37-38.

⁸⁴ Weismann defendia que “o plasma germinativo seria totalmente independente do restante da célula (o “somoplasma”), sendo continuamente transmitido de uma geração para a seguinte sem alterações provocadas por influências externas”, conforme Stepan (2005, p. 32). Já com a redescoberta das leis de Mendel, os princípios da hereditariedade tornaram-se conhecidas e passíveis de manipulação, conforme Silva (2009, p. 44).

Entretanto, essa concepção de eugenia não foi unanimemente aceita. No Brasil, defensores da medicina social, do sanitarismo, negavam-se a aceitar proposições tão deterministas sobre a hereditariedade. Eles não ignoravam a biologia moderna ou a genética, mas, no entanto, não estavam convencidos da fixidez das heranças hereditárias. Segundo Stepan, “tratava-se menos de que estivessem “fora” da corrente principal da genética do que de estarem “dentro” de uma corrente ou tradição alternativa de pensamento hereditário lamarckiano”⁸⁵.

Os intelectuais brasileiros estavam mais próximos, portanto, da tradição médica neolamarckiana francesa, que defendia a tese dos caracteres adquiridos, em que “as mudanças induzidas de fora em um organismo vivo poderiam ser transmitidas às futuras gerações, provocando, assim, transmutações”⁸⁶. Voltavam-se assim para a teoria da evolução de Lamarck, anterior a de Darwin, que previa mudanças nos organismos em função da necessidade de adaptação ao meio ambiente, que seriam transmitidos hereditariamente.

Os biólogos latino-americanos consideravam Weismann pouco atraente por implicar um determinismo que parecia não deixar espaço para a vontade e a ação individuais no desenvolvimento da sociedade humana. Junto com seus colegas franceses, não conseguiam aceitar a separação absoluta entre o soma e o plasma germinativo exigida pelos weismannianos e pelos mendelianos ortodoxos⁸⁷.

Enquanto planejadores sociais, o neolamarckismo parecia-lhes mais adequado, embora não estivessem bem estabelecidas as fronteiras que distinguem essas duas variantes eugênicas. No Brasil, mormente se fazia referência a Galton e não a Lamarck, a Weismann ou a Mendel, quando se falava em eugenia. Certo, entretanto, era que a ideia de que reformas sociais possibilitariam tipos mais eugênicos era voz corrente na década de 1920, visto que ia ao encontro de toda uma tradição pautada pela medicina legal e pelo sanitarismo⁸⁸.

Dáí decorre que a eugenia pensada no país tenha tido um caráter mais preventivo, do que positivo ou negativo.⁸⁹ Era preciso intervir nos processos sociais com vistas a combater

⁸⁵ STEPAN, op. cit., p. 77.

⁸⁶ Ibidem, p. 78.

⁸⁷ Ibid., p. 82.

⁸⁸ Stepan (2005) chamou a atenção para as particularidades que definem o movimento eugênico latino-americano e mais especificamente o movimento eugênico brasileiro, uma vez que foi a matriz neolamarckiana que preponderou, embora os preceitos weismannianos-mendelianos também tenham tido voz entre nós. Alie-se a essa observação a questão de que a medicina social no Brasil também teve um caráter marcadamente francês, voltado justamente para as influências exercidas pelo “meio” na saúde das populações, em detrimento de um modelo de medicina inglesa, até mesmo porque um modelo voltado às indústrias, à produção de corpos dóceis e úteis, não fazia sentido em um país que manteve um sistema escravocrata até 1888, e que deixou muito arraigada, em função disso, a noção de desvalor do trabalho.

⁸⁹ Segundo definição de Renato Kehl, figura central na difusão dos saberes eugênicos no Brasil, a eugenia positiva era a que procurava favorecer “procriações sãs”, a eugenia negativa era a que era contra a reprodução de “seres defeituosos” e a eugenia preventiva era a que se ocupava de debelar fatores disgênicos. Cf. KEHL, op. cit., p. 160.

fatores disgênicos, como o alcoolismo, a sífilis, a tuberculose, entre outros, e promover hábitos saudáveis e higiênicos.

A educação foi a principal ferramenta da qual a eugenia preventiva lançou mão. “Instruir é eugenisar”, dizia Kehl⁹⁰, que acreditava que era pela instrução do povo e não pela força coercitiva das leis que se atingiria o ideal eugênico⁹¹.

Temos aí um claro exemplo daquilo que Foucault chamou de biopoder, que lança mão de estratégias que pretendem conduzir a ação dos outros através da incitação, do desejo, sem ser pela força repressiva da lei. Nas sociedades de biopoder, diz Foucault, “não se trata de impor uma lei aos homens, trata-se de dispor das coisas, isto é, de utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada”⁹².

Ao refletirem sobre essa forma de exercício de poder nas sociedades modernas, Lasta e Hillesheim nos dizem que “o poder assume formas locais e concretas extremamente eficientes, com o objetivo de fazer, do indivíduo e da população, entidades normais e saudáveis. Isso consiste na produção de indivíduos e populações politicamente dóceis, economicamente úteis, saudáveis e normais”⁹³.

Significativo, nesse sentido, é outra passagem de Kehl que demonstra justamente como se dá esse disciplinamento, como se dá essa produção de sujeitos saudáveis, bem como a fabricação de corpos dóceis e úteis. Diz ele que “instruir o povo é desvendar-lhe o palco róseo da vida, é mostrar-lhe o valor da saúde, o caminho da honra e do trabalho”⁹⁴. Ora, a instrução é justamente um dos mecanismos mais privilegiados de biopoder. Ela promove desejos, vontades, naturaliza uma série de discursos, como aqueles que dizem respeito, vide exemplo acima, à saúde, à honra, ao trabalho.

⁹⁰ KEHL, op. cit., p. 20 e p. 62.

⁹¹ Cabe destacar que houve uma alteração na forma como Renato Kehl entendia a eugenia. Seu pensamento pode ser dividido em duas fases. Na primeira, de onde provém a citação acima, Kehl fazia quórum a corrente que entendia a eugenia próxima a higiene e que foi predominante no Brasil na década de 1920. Na segunda fase, já na década de 1930, o pensamento de Kehl se radicaliza, se aproximando mais do pensamento weismanniano-mendeliano ortodoxo, defendendo uma eugenia mais voltada aos processos de reprodução humana. Kehl não só se volta para essa eugenia mais negativa, como também repudia e crítica a forma como a eugenia vinha sendo tratada no Brasil. Outros intelectuais brasileiros também defendiam uma eugenia fundamentada nos determinismos hereditários. Era o caso, por exemplo, de Azevedo Amaral que no I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, defendia a proibição da entrada de imigrantes que não fossem da “raça” branca do Brasil e que foi veementemente contestado por Roquette-Pinto. Os estudiosos do tema apontam para o efeito limitado que a eugenia negativa teve entre nós. Mesmo estando na pauta do dia até a década de 1940, a eugenia que predominou no Brasil foi a de caráter preventivo, associado a medidas profiláticas, sanitárias e sociais.

⁹² FOUCAULT, 2008a, p. 132.

⁹³ LASTA, Leticia Lorenzoni; HILLESHEIM, Betina. Políticas públicas de inclusão escolar: a produção e o gerenciamento do anormal. In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina (Orgs.). *Políticas de Inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 94.

⁹⁴ KEHL, op. cit. p. 18.

A eugenia, assim como foi a campanha do saneamento e o movimento em torno da medicina social, é um nítido exemplo de como se pensou biopoliticamente a população brasileira. Uma população que começa a ser conhecida, que começa a ser gerida, que precisa ser potencializada.

4 DESBLOQUEIO DA GOVERNAMENTALIDADE BIOPOLÍTICA NO BRASIL

Desenvolveu-se, a partir do século XVIII, como analisou Foucault, todo um aparato de poder que tinha por objetivo gerenciar a vida das populações através de uma série de dispositivos de segurança. Estabeleceu-se uma forma de gestão, a qual o filósofo chamou de governamentalidade, que visava à condução de condutas. Os Estados modernos ocidentais foram pouco a pouco governamentalizados. Logo, partindo da convicção de que essa governamentalização se deu em ritmos e condições diversas, convém interrogar por onde isso passou, como no Brasil se deslocou esse sistema geral, como os mecanismos de poder próprios de uma governamentalidade biopolítica emergiram no país.

Já se viu no capítulo anterior uma série de exemplos em que se pensou, em termos biopolíticos, questões brasileiras. Entretanto, ao que parece, a biopolítica não estava de todo afinada com a governamentalidade ainda. Eram ações dispersas e desconexas. O que se passa a investigar aqui é quando se começou a refletir e racionalizar sobre as questões relativas a vida da população em uma dimensão de Estado brasileiro.

Antes, porém, retomemos a análise de três elementos chave que possibilitam pensar a noção de governamentalidade, trata-se da tríade população, mecanismos de segurança, governo.

4.1 População, Mecanismos de Segurança, Governo

O biopoder entende a *vida* como algo a ser promovido, a ser estimulado. Mas, para que esse investimento sobre a vida seja de grande amplitude e nada lhe escape, precisa levar em consideração não só os corpos individualizados (polo da disciplina), mas também a população e seus fenômenos específicos (polo da biopolítica). A noção de população, contudo, diz Foucault, não é algo recente, sua origem é bastante remota¹. O que interessa ao filósofo, no entanto, é que houve um deslocamento na forma como o problema da população vinha sendo colocado. A partir do século XVIII, conforme ele identifica, a população deixou de ser apenas “a coleção de súditos de um soberano”, à qual era imposta certo número de leis e regulamentos, e passou a ser considerada, com os economistas, como um conjunto de

¹ FOUCAULT, 2008a.

processos que é preciso administrar. Foucault se refere então não apenas a emergência da noção, mas a uma determinada realidade relativa à população.

A emergência dessa realidade da população se dá primeiro quando se percebe que por população não se deve entender apenas a soma dos habitantes de um território ou que a constituição da ideia de população não resulta exclusivamente da vontade ou do poder do soberano, mas quando se observa que população não é algo que se constitui e se basta *per si*, ela ganha forma, justamente, na medida em que depende e se conecta a uma série de variáveis. Varia com o clima, com o entorno material, com a intensidade do comércio, com a circulação das riquezas, com as leis às quais é submetida, com os hábitos das pessoas, com os valores morais ou religiosos, com o estado dos meios de subsistência.

A população, portanto, não é algo dado de antemão ao exercício do poder. Por se constituir de uma série de variáveis, ela não pode ser entendida na ordem simplista da obediência ou da recusa da obediência ao príncipe como se os sujeitos tivessem autonomia para fazer tal escolha, mas a ação da população está condicionada às variáveis que, ao mesmo tempo em que lhe são externas, lhe constituem. Há um desajuste aparente entre a nova noção de população e o poder soberano, “a população aparece, portanto, nessa espécie de espessura em relação ao voluntarismo legalista do soberano, como um fenômeno da natureza”².

A população emerge como uma naturalidade. É essa naturalidade que a torna inacessível ao poder soberano e que os fisiocratas e os economistas vão procurar não só acessar, mas transformar através da ação não sobre a população em si, mas dos fatores que de certa forma se conectam a ela.

É portanto uma técnica totalmente diferente que se esboça, como vocês vêem: não se trata de obter a obediência dos súditos em relação a vontade do soberano, mas de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise, reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população. É essa naturalidade penetrável da população que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder³.

Outra questão que diz respeito à população e que começa a ser levada em consideração a partir do século XVIII é que, mesmo a população sendo composta de indivíduos diferentes uns dos outros, cujos comportamentos também são distintos e não podem ser previstos com exatidão, há um invariante que permite que a população tomada em seu conjunto tenha um motor de ação comum. Esse motor de ação é o desejo. O desejo aparece no interior das técnicas de poder e de governo e vai pautar a ação dos indivíduos.

² FOUCAULT, op. cit., p. 93.

³ Ibidem, p. 94.

Cria-se a percepção de que é preciso incitar o desejo, deixá-lo agir dentro de certo limite e de acordo com determinadas regras, e, dessa forma, obter-se-á o interesse geral da população. O problema que se apresenta aos fisiocratas não é mais o de como dizer não, como reprimir as vontades, mas como atender, dizer sim aos desejos da população e fazer isso de uma forma que permita que esse interesse coletivo possa ser gerido.

A terceira questão apontada por Foucault como estando relacionada à emergência da naturalidade da população diz respeito à observação de que existe uma constante em fenômenos que se acreditava fossem variáveis. Observou-se que há uma regularidade até mesmo nos acidentes, nas taxas de natalidade e mortalidade, nas proporções com que cada tipo de doença acometia e levava à morte os indivíduos, no número de suicídios anuais, etc. Dessa forma passou-se a conhecer melhor a população e os fenômenos próprios a ela.

Tem-se, por conseguinte, três elementos que possibilitam a emergência dessa nova noção de população, que se apresenta como uma forma natural para a qual se devem desenvolver determinados procedimentos, determinadas práticas de governo. Esses três elementos são: um conjunto de variáveis sobre os quais é preciso agir, a incitação do desejo para que se transforme em interesse coletivo e a descoberta de uma série de regularidades nos fenômenos populacionais.

A partir desse momento, a população apresenta-se em uma dupla inscrição: de um lado, através da sua variante biológica, se insere no regime geral dos seres vivos; de outro, através da constatação de sua naturalidade, se insere no campo das ações possíveis, refletidas, calculadas. Segundo Martins e Peixoto Jr., “é quando a população passa a incluir, ao lado da dimensão biológica, uma outra dimensão, que é a da ‘naturalidade’ que a caracteriza, que ela pôde se tornar objeto de uma técnica de governo, de uma arte de governar”⁴.

A população, enquanto passível de ser governada, torna-se “o público”. “O público” que é preciso conhecer, levar em consideração suas opiniões, seus hábitos, seus temores, e sobre o qual se estabelece uma série de mecanismos de controle através da educação, das campanhas, das técnicas de subjetivação. “Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir”⁵.

⁴ MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. *Genealogia do biopoder*. Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 2, p. 157-165, 2009.

⁵ FOUCAULT, op. cit., p. 99.

Uma das condições que possibilitou a emergência da população, enquanto naturalidade, foi um deslocamento no sistema geral de poder. A partir do século XVIII, diz Foucault, não será mais exclusivamente o mecanismo legal ou jurídico que age pela força da lei que terá preponderância, nem tampouco somente o mecanismo disciplinar que atua através da vigilância e da correção, mas uma terceira forma de ação, que somada às anteriores, conforma uma complexa série de distribuição do poder. Tratam-se dos dispositivos de segurança⁶.

Com os dispositivos de segurança se tem outra forma de distribuir as coisas. Não se busca mais reprimir ou até mesmo anular os fenômenos indesejados, mais sim trabalhar a partir deles: conhecê-los, localizá-los numa série de acontecimentos prováveis, estabelecer em relação a eles um cálculo de custo, determinar uma média que vai do aceitável ao ótimo e permitir que haja liberdade de navegação entre esses dois patamares.

Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos. Trabalha-se portanto não apenas com dados naturais, mas também com quantidades que são relativamente compressíveis, mas que nunca o são totalmente. Isso nunca pode ser anulado, logo vai-se trabalhar com probabilidades⁷.

Foucault, ao analisar o que chamou de “mutação das tecnologias de poder”, em que os dispositivos de segurança ganham maior ênfase, utilizou como exemplo a questão da escassez alimentar na França nos séculos XVII e XVIII⁸. De acordo com ele, contra a escassez alimentar que acometia a França – e que não é a mesma coisa que fome, antes tratava-se de uma raridade dos gêneros alimentícios – estabeleceu-se, primeiramente, dentro do sistema mercantilista, todo um sistema jurídico-disciplinar, cujo objetivo em relação à escassez era impedi-la, eliminá-la e também preveni-la, para que uma vez extirpada não voltasse mais a ocorrer.

Mas de que forma esse sistema jurídico-disciplinar agia? Através da limitação dos preços dos cereais, da proibição de estocar ou exportar, da limitação da extensão dos cultivos. Tudo isso com o objetivo de que os cereais fossem comercializados ao preço mais baixo possível, para que as pessoas nas cidades pudessem se alimentar com o custo mais baixo possível e não houvesse revoltas urbanas. Entretanto, esse sistema tipicamente mercantilista gerava uma série de complicações: essa pressão para que os preços se mantivessem em baixa permanecia mesmo quando as safras eram boas, isso fazia com que os camponeses lucrassem muito pouco, impossibilitando-os muitas vezes de se capitalizar para a safra seguinte; essa

⁶ FOUCAULT, op. cit., p. 09.

⁷ Ibidem, p. 26.

⁸ Ibid., p. 39-72.

política de preços baixos também levava os camponeses a plantar pouco, já que uma super safra não lhes traria maiores benefícios. Já esse plantio escasso levava a uma outra consequência: caso fosse um ano de intempéries climáticas, aquele cereal que tinha sido plantado na quantidade mínima imprescindível para atender a determinada demanda, não se desenvolveria na proporção necessária, ocasionando, assim, justamente a escassez alimentícia.

Já no século XVIII, aponta Foucault, ocorreu uma fase de grandes mudanças nas técnicas de governo e uma nova concepção de economia – que pode ser entendida dentro do registro dos dispositivos de segurança –, procurou desbloquear esse sistema jurídico-disciplinar relativo aos cereais. Trata-se da doutrina fisiocrática, que, com seu princípio de liberdade de comércio e de circulação dos cereais, passou a questionar as medidas protecionistas que controlavam e disciplinavam o mercado⁹.

Com os fisiocratas vai haver um deslocamento da unidade de análise. Não se tratará mais de atentar para o mercado e procurar controlá-lo pela regulação dos preços, mas de observar a “realidade” dos cereais e as variáveis que dizem respeito a ele: o solo, as condições climáticas, a sua colocação no mercado. O que se obteve foi um dispositivo, da ordem da segurança, que não tinha por fim o menor preço possível, ao contrário deixava que os preços se autorregulassem, suprimindo as proibições de estocagem e exportações. É um dispositivo que “deixa fazer”: “deixar as pessoas fazerem, as coisas passarem, as coisas andarem, *laisser-faire, laisser-passer e laisser-aller*, quer dizer, essencial e fundamentalmente, fazer de maneira que a realidade se desenvolva e vá, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são os da realidade da mesma”¹⁰.

Temos assim uma solução liberal. E, para Foucault, essa liberdade nada mais é do que um correlato, uma das dimensões, da implantação dos dispositivos de segurança. Trata-se de uma liberdade no sentido em que permite o movimento, a circulação e que é antes de tudo uma tecnologia de poder. Daí que para Foucault só se governa homens livres¹¹.

Um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem [...] justamente se lhe for dado certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno que essa palavra adquire no

⁹ Foucault (2008a, p. 46-47) cita os editos franceses dos anos de 1754, 1763 e 1764, que estabeleceram a liberdade de produção e comércio dos cereais, inclusive no plano internacional, e que representaram, segundo ele, o triunfo das ideias dos fisiocratas.

¹⁰ FOUCAULT, op. cit., p. 62-63.

¹¹ Em *O Nascimento da Biopolítica* (2008b, p. 83-88), Foucault diz que “a liberdade no regime do liberalismo não é um dado, a liberdade não é uma região já pronta que se teria de respeitar, ou se o é, só o é parcialmente, regionalmente, neste ou naquele caso, etc. A liberdade é algo que se fabrica a cada instante. O liberalismo não é o que aceita a liberdade. O liberalismo é o que se propõe fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la”. Diz também que “essa liberdade de que falam os fisiocratas, Adam Smith, etc., é muito mais a espontaneidade, a mecânica interna e intrínseca dos processos econômicos do que uma liberdade jurídica reconhecida como tal para os indivíduos”.

século XVIII: não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas. E é essa liberdade de circulação, no sentido lato do termo, é essa faculdade de circulação que devemos entender, penso eu, pela palavra liberdade, e compreendê-la como sendo uma das faces, um dos aspectos, uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança¹².

É, portanto, no século XVIII que se vai passar de um certo número de “artes de governar” – do governo da família, das almas, das crianças, dos doentes, etc. – para uma ciência política, para uma gestão governamental, que tinha por objetivo a população. Segundo Veiga-Neto “na Modernidade o uso da palavra governar se restringiu às coisas relativas ao Estado. [...] É daí que se coloca uma nova questão política para a Modernidade: a relação entre a segurança, a população e o governo. Para dar conta dessa questão ‘ a arte do governo começou a tornar-se Ciência Política’”¹³.

Assim, os Estados modernos se tornaram pouco a pouco governamentalizados. Isto é, passaram cada vez mais a ter a população como objeto, a economia como saber e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos de controle¹⁴.

4.2 O desbloqueio da arte de governar no Brasil por meio das estatísticas

Tal como descreveu Foucault, o aparecimento da naturalidade da população está relacionado com um determinado número de variáveis sobre as quais se deve agir; com a criação de interesses coletivos através da produção do desejo; e com a descoberta de uma série de regularidades próprias à população. A respeito dessa última questão, que se refere à percepção de que há uma constância nos fenômenos, Foucault diz que: “esses fenômenos que deveriam ser irregulares, basta observá-los, olhá-los e contabilizá-los para perceber que na verdade são regulares”¹⁵. Logo, torna-se necessário desenvolver um saber sobre esses fenômenos, há que se observá-los e contabilizá-los. A esses conjuntos de análises e de saberes que se desenvolvem sobre as coisas e os fenômenos chamou-se “estatística”¹⁶. Foram as estatísticas que possibilitaram o desbloqueio da arte de governar, na medida em que

¹² FOUCAULT, op. cit., p. 146.

¹³ VEIGA-NETO, op. cit., p. 81.

¹⁴ FOUCAULT, op. cit., p. 146.

¹⁵ Ibidem, p. 97.

¹⁶ A noção de estatística não é recente, pode ser encontrada, por exemplo, na antiguidade clássica. Mas a estatística como instrumento de governo das populações é uma invenção europeia gestada no século XVII e XVIII, conforme: TRAVERSINI, Clarice Salette; BELLO, Samuel Edmundo López. Saber Estatístico e sua Curricularização para o Governo de Todos e de Cada Um. *Bolema*, Rio Claro, v. 24, n. 40, p. 855-871, dez. 2011.

possibilitaram a percepção dos problemas específicos da população, tornando-se um fator técnico principal de governo.

O saber estatístico, portanto, está fortemente relacionado com essa nova forma de gestão que é a governamentalidade. Ele passa a ser compreendido, nesse registro, como uma tecnologia de governo, da qual a autoridade Estatal lança mão para conhecer, normalizar e produzir condutas:

Esse desenvolvimento e organização passaram a exigir que os governos, além de meramente quantificar e descrever a vida das suas populações, realizassem medidas e inferências sobre essa vida, a fim de pensarem por antecipação o que não conheciam, procedimento, este, possível apenas no final século XVIII, com a disciplinarização do saber estatístico e seu uso como ciência do Estado. A partir desse momento, passou-se a considerar que algumas ações podem ser realizadas para prevenir ou evitar perigos e ameaças, obtendo-se uma sensação de domínio da insegurança e da incerteza. Aqui, a estatística adquire importância estratégica como saber para governar, pois a população e o homem tornam-se objetos da ciência, passíveis de ser conhecidos; suas características particulares podem ser apreendidas e, suas regularidades, produzidas, registradas, calculadas e previstas¹⁷.

E no Brasil, como se desenvolve esse saber estatístico indispensável para que se produzisse um saber relativo a população e que esse, por sua vez, possibilitasse a existência de um bom governo?

A resposta a essa pergunta encontra-se no trabalho de Nelson Senra, que foi por muitos anos pesquisador do IBGE e é professor no Programa de Mestrado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas desse Instituto. Senra tem entre suas publicações “História das Estatísticas Brasileiras”, trabalho de pesquisa de fôlego, publicado em quatro volumes, que soma mais de três mil páginas. Recheado de transcrições das fontes pesquisadas, esse trabalho tem por objetivo tanto relatar quanto analisar como se pensou e se fez estatísticas no Brasil entre 1822 e 2002.

Senra entende as estatísticas dentro do registro relacional entre poder e saber tematizado por Foucault. Para ele configura-se “o Estado” quando se registram “os estados” das pessoas e das coisas, quando se tornam conhecidos mundos distantes, imprevisíveis, quando se estabelece um saber que permite o governo, já que torna “próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido”¹⁸. Nesse sentido, a estatística está também dentro daquele registro que se acompanha no capítulo anterior, em que se processa o deslocamento da História Natural à Biologia, pois assim como se empalhavam animais e desidratavam plantas nos museus naturais para se tornar próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido, de forma parecida se procedeu em relação às estatísticas,

¹⁷ TRAVERSINI; BELLO, 2011, p. 160.

¹⁸ SENRA, Nelson. História das Estatísticas Brasileiras. Volume I: Estatísticas Desejadas (1822 - c.1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006a, p. 34.

que ofereciam, através da redução em números, mapas e gráficos, informações e conhecimentos sobre o homem vivendo em coletividade, permitindo não só pensar a população, mas também governá-la. Passa-se a acompanhar, então, Senra na sua reflexão sobre a construção de um saber estatístico no Brasil.

A produção de conhecimento sobre a população, o território, as riquezas, os recursos do Brasil começou, segundo Senra, já no momento do “descobrimento” com a carta de Pero Vaz de Caminha e com os diários das expedições de reconhecimento. Durante o período colonial, vários foram os esforços nesse sentido, passando, por exemplo, pelos registros dos governadores, dos missionários, dos bandeirantes, dos viajantes, dos invasores franceses, espanhóis, holandeses¹⁹.

Esse tipo de conhecimento era pouco, era frágil, todavia era então o possível, argumenta Senra. Foi somente no século XIX, correlatamente à aquisição de visibilidade por parte das estatísticas no mundo – vistas sua relação com a Fisiocracia francesa e o Liberalismo inglês –, que a estatística começou a ser tida como saber desejável no Brasil. Aqui, os irmãos José Bonifácio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada foram uns dos primeiros a se manifestarem em prol dessa técnica de governo. José Bonifácio, considerado o pioneiro das estatísticas brasileiras, definia a Aritmética Política como a arte de raciocinar através do cálculo sobre assuntos que interessam o governo, tendo como objetivo primeiro a população. Já seu irmão mais novo, Martim Francisco, procurou sistematizar quais assuntos e temas podiam se transformar em dados estatísticos²⁰.

Com a Independência do Brasil, o interesse por estatísticas só aumentou. Cada vez mais elas eram reivindicadas pelos legisladores e aos poucos os ministérios passaram a incluí-las nos relatórios que encaminhavam para as aberturas das Assembleias Gerais. Entretanto, apesar de se sensibilizar frente à demanda, o Executivo não tinha condições técnicas de produzir um saber estatístico minimamente organizado e constante. A maioria dos dados que se obtinha provinham dos registros paroquiais e tinham um alcance bastante limitado. Em 1829 foi criada uma Comissão de Estatística, mas o trabalho não frutificou, ficando circunscrito a elaboração de alguns princípios e regras, mas quase sem execução, e a Comissão foi encerrada quatro anos após ser concebida.

Um querer fazer as estatísticas pouco a pouco ganhava força, um seu poder fazer, no sentido da legislação, ganhava ensaio tênue, mas, por outro lado, no sentido das organizações especializadas e permanentes, absolutamente necessárias, nada além de

¹⁹ SENRA, op. cit., p. 35.

²⁰ Ibidem.

tênuos ensaios (rápidas tentativas) foi o que se teve. Faltavam as estruturas organizacionais²¹.

Além disso, o Primeiro Reinado e o Período Regencial foram bastante tumultuados, revoltas eclodiam em todo o país. Logo, não havia condições para que se fizessem os levantamentos de dados essenciais para a obtenção de estatísticas. Não havia tranquilidade nem no que se referia ao povo para disponibilizar informações solicitadas, nem por parte dos governantes, que acabavam tendo preocupações mais prementes, como, por exemplo a manutenção da unidade territorial.

A primeira tentativa de realizar um censo geral no país foi um tremendo fracasso. O ano era 1850 e a Assembleia Geral autorizou a realização do levantamento, ao qual o povo reagiu armado. As razões para isso são bastante controversas.

Senra define essa revolta que impediu a realização do censo como sendo “uma revolta estranha”, que se processou “sem líderes, sem atos heroicos, sem grandes batalhas, com poucas prisões, com quase nenhum processo criminal”²². Surgiram e circularam boatos de que com o fim do tráfico dos escravos faltaria mão de obra nas lavouras e o censo seria uma forma de contabilizar a força de trabalho disponível entre os não-escravos para posteriormente submetê-los a um regime de servidão compulsória. O autor cita três explicações que, na época, foram atreladas a essa revolta. A primeira foi interpretá-la como uma reminiscência da Revolta Praieira, ocorrida entre 1848 e 1850, que representava as lutas político-partidárias entre liberais e conservadores e tinha caráter federalista. De acordo com essa linha, a revolta contra o censo refletia o espírito da Praieira, representando uma oposição à Monarquia. A segunda estava na ação de bandidos, que atuavam no interior do Nordeste através de estratégias de guerrilha e, muitas vezes, seguiam ordens dos coronéis locais. Já a terceira dizia respeito ao temor dos vigários frente a uma possível perda de poder em função do estabelecimento dos registros civis (de nascimento, casamento e óbito) que seriam feitos por escrivães.

Sem entender muito bem os acontecimentos, o Governo Imperial acabou recuando e suspendendo o recenseamento. No entanto, o fato era de que as estatísticas se faziam importantes demais e já em 1854 começou-se a pensar na criação de uma sociedade para produção de dados estatísticos. Em 1855 os estatutos da Sociedade Estatística do Brasil foram aprovados, e ela ficou sob a proteção do Imperador Dom Pedro II.

²¹ SENRA, op. cit., p. 95.

²² Ibidem, p. 150.

Não obstante, um novo momento de instabilidades se instaurou. Tratava-se da Guerra do Paraguai, que, se por um lado impossibilitou temporariamente a execução de ações que visavam à produção de estatísticas, por outro lado corroborou a importância desse tipo de saber, pois a falta de informações estatísticas sobre os recursos humanos e alimentares e a ausência de informações cartográficas sobre o território dificultavam o desempenho brasileiro na Guerra. Por seu turno, o Paraguai tinha realizado um censo em 1857, pouco antes de deflagrar a guerra, o que lhe constituía uma vantagem que não passou despercebida aos olhos brasileiros.

Findada a Guerra, ainda entre os anos de 1870 e 1871, foi aprovada a “Lei do Censo”, que autorizava a realização de um novo levantamento e estabelecia uma periodicidade decenal para a realização de novos recenseamentos, foi criada a Diretoria Geral de Estatísticas e o Primeiro Programa Estatístico Nacional.

Em 1872 foi então realizado o primeiro censo geral, que só foi concluído em 1876 com a divulgação dos resultados que foram apresentados,

em 23 volumes, num total de 8.546 quadros, totalizando a população: 9.930.478 pessoas, sendo 8.419.672 livres e 1.510.806 escravos; ou feitos alguns ajustes, a população recenseada atingiria o montante de 10.110.090 pessoas. Trabalho iniciado em 1871, terminou em 1876; tarefa ingente pelas adversas condições enfrentadas, e pela inexperiência, contudo, merece copiosa admiração pelos resultados alcançados²³.

Após a conclusão do censo, entretanto, a Diretoria Geral de Estatística, que foi a primeira instituição estatística de âmbito nacional, passou a ser considerada dispendiosa, de alto custo para manutenção, e acabou sucumbindo, de modo que o censo de 1880 não foi realizado. Em seguida, em 1889, há uma alteração no regime político, mas mantém-se, agora na República, a programação de realizar o Censo de 1890. Restaurada a DGE, partiu-se para a realização do recenseamento. Sobre esse processo diz Senra:

Reinou a grandeza, resultou o fracasso; a ventura do censo afundou na aventura republicana. O novo regime carecia de fundação, claudicava. Dominava a confusão política e militar. Os estados queriam, a todo custo, a federação. Nada favorecia a realização do censo, e adiá-lo teria sido de bom senso. Ao realizá-lo os dirigentes da estatística secundavam a inexperiência administrativa dos dirigentes do Governo Provisório. A época exigia prudência, ao menos no sentido de reduzirem-se as pretensões de investigação, se não mesmo seu completo adiamento; deu-se o contrário, e se arrastou por uma década um imenso problema²⁴.

Houve perdas de boletins e extravios de documentos. Em alguns estados os questionários nem foram aplicados. Com a alteração do regime político e com o

²³ SENRA, op. cit., p. 368.

²⁴ SENRA, Nelson. História das Estatísticas Brasileiras. Volume II: Estatísticas Legalizadas (c. 1889 - c. 1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006b, p. 94.

estabelecimento do sistema federativo e a autonomia dos estados, houve um descaso com a repartição propositora do censo, com a DGE, justamente por seu caráter centralizador. Uma espécie de boicote. Houve o censo, mas seus resultados não foram os esperados²⁵.

Fracasso maior ainda foi o terceiro censo geral realizado em 1900. Alguns estados criaram suas próprias repartições estatísticas, muitas sem vínculos com a DGE. Esta por sua vez era mantida com um quadro mínimo de pessoal e de estrutura. De toda forma realizou o censo, que teve alguns resultados divulgados em forma de sinopse em 1905. Já em 1910 não houve censo – apesar de ter sido decretada sua realização – uma vez que a operação foi suspensa sob a alegação de dificuldades econômicas.

Depois dos fiascos censitários de 1890 e 1900 e da desistência do governo de fazer o Censo em 1910, o Brasil não sabia quantos habitantes tinha – justamente quando se aproximava o centenário da data em que foi criado como país independente. Pior: o governo não possuía números atualizados e confiáveis para poder governar²⁶.

Entretanto, os esforços organizacionais despendidos na organização do censo que não aconteceu serviram de preparação para o censo de 1920. Este foi realizado a partir de um planejamento minucioso e venceu resistências da população através de uma ampla campanha através de cartazes, folhetos, palestras, seminários, conferências. Também contou com a importante participação de diferentes segmentos da sociedade como a da Igreja Católica, da imprensa, das associações operárias e patronais, das forças armadas, dos clubes, etc.

O censo de 1920, além de recolher dados sobre a população – além dos dados costumais, nesse censo foi introduzido o quesito “defeitos físicos”, que colhia informações sobre cegos, surdos e mudos –, registrou também dados econômicos, em especial os referentes à indústria e à agricultura.

Desta vez, houve ampla divulgação dos resultados, e a imprensa tornou-se um local privilegiado de discussão e análise dos dados censitários. Os números iam sendo divulgados e comparações iam sendo feitas, como, por exemplo, o caso de uma matéria publicada no jornal “Correio da Manhã”, em que, a partir dos dados do censo sobre a distribuição espacial de alienados no Rio de Janeiro, chega à conclusão de que os subúrbios, ao contrário do que se imaginava, não eram os maiores fornecedores de doentes, propondo uma releitura desses espaços²⁷. Fica claro que, para além de uma simples contagem, o censo já possibilitava a construção de determinadas verdades sobre a população do País.

Com o sucesso do censo de 1920, tudo se encaminhava para que em 1930 houvesse outro recenseamento de igual vigor. As atividades preliminares iniciaram em 1929 e as

²⁵ SENRA, op. cit., p. 101.

²⁶ Ibidem, p. 429.

²⁷ Ibid., p. 459.

preparações prosseguiram em ritmo acelerado até que em 1930 houve o Golpe de Estado que impediu o presidente eleito de assumir o poder e estabeleceu um governo provisório sob o jugo de Getúlio Vargas. Dessa forma, o processo foi suspenso.

As estruturas governamentais foram reorganizadas, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e sob sua responsabilidade ficou a produção de estatísticas. A Diretoria Geral de Estatística transformou-se em Departamento Nacional de Estatística sem alterações substanciais em sua regulamentação. Entretanto, estatísticas também eram produzidas em outros ministérios, como o Ministério da Educação e Saúde. Era preciso instituir um órgão que centralizasse e unificasse essa produção e, dessa forma, foi criado o Instituto Nacional de Estatística – INE em 1936, que logo se transformou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O IBGE foi criado para articular e coordenar a produção de estatísticas através de um esquema de cooperação interadministrativa com os estados e municípios. O Estado forte e centralizador, que se instituiu, demandou um saber estatístico e a ele foi respondido com um programa estatístico nacional que desde então não sofreu mais interrupções e serviu como ferramenta de governo. Através de amostragens e indicadores, o saber estatístico informa hoje as políticas públicas no Brasil, estreitando cada vez mais o elo entre saber e poder, como já recomendava na Primeira Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em 1936, Teixeira de Freitas: “Faça o Brasil a estatística que deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser”²⁸.

Esse exame um pouco alongado sobre a história das estatísticas brasileiras, baseado no trabalho de Nelson Senra, serve para pensar-se como no Brasil se constituiu um saber estatístico próprio das sociedades modernas, observando as particularidades do caso brasileiro e a constituição das condições que possibilitaram a emergência desse tipo de saber por aqui, que não deve ser entendido dentro de um campo de neutralidade técnico-científica, mas dentro do registro dos dispositivos de segurança biopolíticos. Tipo de saber que, ao mesmo tempo em que se compõe através da coleta de dados e do registro de informações, também produz um tipo diferenciado de poder que tem por objetivo a condução de condutas, a organização da população, a maximização de suas forças e bem-estar. Mais do que isso, a racionalização do saber estatístico fabrica a própria noção de população. A população emerge, no Brasil, quando se estabelece a constância de seus fenômenos, quando é possível conhecê-

²⁸ SENRA, Nelson. História das Estatísticas Brasileiras. Volume III: Estatísticas Organizadas (c. 1936 - c. 1972). Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 55.

la, quando é possível posicioná-la numa rede discursiva. Ao dizer/narrar a população, constrói-se a população.

4.3 A gestão da vida pela saúde e pela educação

A relação entre medicina e governamentalidade biopolítica foi amplamente tematizada por Foucault. Ele analisou como a medicina, enquanto saber técnico, torna-se um elemento de importância considerável na promoção da saúde a partir do século XVIII, conseqüentemente da vida das populações. Acentuou, nesse processo, como o deslocamento de ênfase da doença para a saúde teve significância dentro do registro das tecnologias de poder caracterizadas pela biopolítica. Já a educação, embora pareça permear sua obra, não é um tema tratado de forma direta pelo filósofo. Sylvio Gadelha se questionou acerca da legitimidade de se estabelecer uma relação entre educação e biopolítica e chegou à conclusão, depois de revisitar cuidadosamente a obra de Foucault, de que caso se faça uso da lógica de análise e das noções elaboradas pelo filósofo, se instaure um diálogo inventivo com seu pensamento, se explore as possibilidades abertas por ele:

é perfeitamente legítimo e factível posicionar a educação como fator presente e ligado à problemática da biopolítica, ora apresentado-se à sombra de outros problemas e questões, discretamente, como tema transversal, ora, dependendo das circunstâncias, também como uma espécie de mecanismo sem o qual as principais articulações que movem os dispositivos de dominação e de governo não funcionariam a contento, conectando-se e ajustando-se uns aos outros, estendendo-se uns a partir dos outros, tornando-se compatíveis entre si²⁹.

Assim, a educação não só pode ser pensada em sua relação com a biopolítica, como as reflexões daí derivadas nos ajudam a compreender uma série de questões presentes nas sociedades modernas e contemporâneas³⁰. Saúde e educação, portanto, constituem dois temas-problemas, entre outros, que permitem perscrutar os caminhos que a governamentalidade biopolítica vem tomando no decorrer dos anos.

Gadelha afirma também, e pactua com ele nesse sentido, que, no que se refere à saúde e à educação, até os anos 1930 no Brasil não havia uma governamentalidade biopolítica consolidada. Segundo o autor “o estado das coisas no campo da educação e da saúde

²⁹ GADELHA, 2013, p. 172-173

³⁰ Nesse sentido ver, por exemplo: Ó, Jorge Ramos. A governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 2, p. 97-117, mai./ago. 2009 e COUTINHO, Karyne Dias; SOMMER, Luis Henrique. Discursos sobre formação de professores e arte de governar. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 1, p. 86-103, jan./jun. 2011.

evidenciava o abandono e o descaso do Estado para com a população, dando a entender que esta não constituía ainda, em termos substanciais, objeto de um cálculo do poder”³¹.

No que se refere à saúde, já se viu em outros momentos como Foucault observou o nascimento da medicina social na Europa e também como essa temática foi pensada no Brasil por Machado *et al.* Viu-se também que nas duas primeiras décadas do século XX no Brasil, com maior ênfase na segunda, ocorreu o que se convencionou chamar de movimento sanitaria da Primeira República, que localizou na doença o grande mal da população brasileira.

Esses dois momentos que se referem à saúde no Brasil – do desenvolvimento da medicina social e do movimento sanitaria – não parecem estar, todavia, dentro daquele quadro delineado por Foucault da governamentalidade. Sem dúvidas, tratam-se de fenômenos biopolíticos. Entretanto, o que se quer dizer é que em ambos os momentos não existiam condições de possibilidades para um cálculo refletido que levasse em consideração a população enquanto alvo de controle de uma governamentalidade que tivesse nos mecanismos de segurança seu maior ponto de apoio. As táticas e as práticas de governo não estavam consolidadas a ponto de se enxergar com nitidez uma governamentalidade biopolítica naqueles cenários. Nas duas primeiras décadas do século XX, a população estava ainda sendo “redescoberta” e seu estado de abandono era flagrante, como diziam os sanitarias. Segundo Bomeny “educação e saúde nos anos 20 eram os símbolos do que de mais retrógrado, tradicional e resistente ao projeto de modernização a sociedade brasileira poderia exibir”³².

Por outro lado, com os intensos movimentos que surgem nesse período, tanto dos sanitarias, como dos educadores, parece que o se cria ali são justamente as condições que possibilitarão que a temática da saúde entre na ordem do discurso e passe a ser considerada, cada vez mais, uma variável da população sobre a qual é preciso agir: promover, gestar.

De acordo com Lima, quando se tem em pauta a constituição da área de saúde no Brasil, os historiadores voltam-se para o movimento sanitaria da Primeira República, o que se justifica na medida em que foi ali que a saúde se constituiu como problema-chave, como problema vital. Entretanto, defende Lima, a grande visibilidade dada a esse período ofusca processos importantes que ocorreram nas décadas seguintes e que, em grande parte, são responsáveis por “dar o tom” ao tipo de políticas de saúde que se estabeleceu no Brasil.

O fato é que, a partir da década de 1920, com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, começou a ser gestado o modelo centralizado de longa

³¹ GADELHA, op. cit., p. 184.

³² BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 24-39, 1992.

sobrevivência na área. Após a criação do Ministério de Educação e Saúde, em 1931, e principalmente com a reforma implementada pelo ministro Gustavo Capanema, em 1941, a estrutura verticalizada e centralizadora encontraria expressão com a criação dos Serviços Nacionais de Saúde³³.

O movimento sanitário da Primeira República, apesar de congrega membros de diferentes setores da sociedade, não conseguiu, por exemplo, aprovar a criação de um Ministério, apenas a criação de um Departamento Nacional de Saúde Pública em fins de 1919, como já se viu anteriormente. Tanto a área da saúde como a da educação continuavam vinculadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Mas os enunciados sobre os problemas da população e a relação direta desses problemas com a questão da promoção da saúde já circulavam amplamente e acabaram produzindo todo um aparato estatal voltado a essa área.

Em 1930 foi estabelecido o Ministério de Educação e Saúde Pública. Assim, iniciou-se de forma mais contundente uma reorientação na administração pública “com ênfase em racionalidade, extensão territorial e constituição de sólida burocracia”³⁴. Entre 1930 e 1934 passaram pelo Ministério da Educação e Saúde Pública três ministros: Francisco Campos, Belisário Penna e Washington Pires. Em julho de 1934, assumiu a pasta Gustavo Capanema, que ficou nesse posto até o fim do primeiro período Vargas em 1945. Foi com Capanema que o Ministério passou por uma grande reforma, e, no que se refere à saúde, foram criadas delegacias federais de saúde pública em diferentes regiões do país, serviços nacionais de saúde pública e feitas conferências nacionais.

Corroborou também para a constituição de um sistema de assistência à saúde a questão de que nesse período inicia-se um deslocamento de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial. Processo que se intensifica nas décadas seguintes: “entre 1940 e 1950, o setor urbano aumentou em 1,5 milhão a oferta de empregos, enquanto o rural crescia apenas em 0,5 milhão”³⁵. Tem-se aí também a consolidação da legislação trabalhista e a tomada para si, por parte do Estado via Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, da previdência social. Os trabalhadores assistidos pelo sistema previdenciário passaram a receber assistência médica de forma desassociada das ações realizadas no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública.

³³ LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 45.

³⁴ *Ibidem*, p. 58.

³⁵ RISI JUNIOR, João Baptista; NOGUEIRA, Roberto Passos. As Condições de Saúde no Brasil. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 122.

Dessa forma, a medicina previdenciária se ocupa dos trabalhadores urbanos e aos médicos de saúde pública fica a incumbência de atender aqueles que estavam descobertos das políticas trabalhistas e previdenciárias e representassem risco ao corpo social – mendigos, bêbados, etc. Assim tem-se a saúde inscrita em duplo movimento: um que age em acordo com os rumos da urbanização e industrialização do país e tem em seu bojo uma assistência médica individualizada, curativa, ambulatorial e hospitalar; e outro que age principalmente no controle de endemias, visando à população como um todo, não atendendo a grupos específicos, isto é, objetivando a sociedade, não os indivíduos³⁶. Pode-se dizer que a partir daí a questão da saúde passa a ser perspectivada dentro de uma racionalidade administrativa própria das sociedades de biopoder.

Já em relação à Educação, o que se tem no Brasil até o século XX é uma ilha de letrados em um mar de analfabetos³⁷. O censo de 1872 apontou que, em relação à instrução, pouco mais de 1,5 milhão de brasileiros sabia ler e escrever, enquanto 7 milhões eram analfabetos. Em torno de 80% da população, portanto, era analfabeta³⁸. Esse quadro se manteve estável pelo menos até entrar para a pauta do dia na década de 1920.

A década de 1920 foi muito profícua no que se refere a movimentos que pensaram a Educação dentro do quadro de formação da nação. Reformas educacionais foram feitas em vários estados da federação³⁹. Os educadores transformaram os estados em verdadeiros laboratórios de reformas, ideias e projetos, em sua maioria, de inspiração liberal.

Muitos desses educadores traduziram para o Brasil os ideais da Escola Nova, presente na Europa e Estados Unidos. Dentre eles destaca-se Anísio Teixeira que – identificado com as ideias de John Dewey, grande expoente do escolanovismo norte-americano – defendeu a liberdade de pensamento, a emancipação do indivíduo, o incentivo ao talento e ao mérito.

O escolanovismo foi um movimento de renovação escolar que passou a ser conhecido pela adesão aos progressos mais recentes da psicologia infantil, que reivindicava uma maior liberdade para a criança, respeito às características da personalidade de cada uma, nas várias fases de seu desenvolvimento, colocando no interesse a centralidade do processo de aprendizagem⁴⁰.

³⁶ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: Dulce Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 73-94.

³⁷ Conforme expressão de José Murilo de Carvalho. In: _____. *A construção da ordem: elite política imperial*. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p. 55.

³⁸ SENRA, 2006a, p. 24.

³⁹ As reformas ocorrem em: São Paulo, em 1920, com Sampaio Dória. Ceará, em 1922-1923, com Lourenço Filho. Bahia, em 1924, com Anísio Teixeira. Rio Grande do Norte, em 1925-1928, com Bezerra de Menezes. Paraná, em 1927-1928, com Lisímaco Costa. Minas Gerais, em 1926, com Francisco Campos. Distrito Federal, em 1927-1930, com Fernando de Azevedo.

⁴⁰ BOMENY, 1992, p. 29.

A criança, no movimento escolanovista, tornava-se o centro da educação e o professor um facilitador da aprendizagem. O mais importante era o ato de aprender, não a ação de ensinar. Através do aprender-fazendo, a escola deveria ser um espaço democrático, para que ali se constituíssem sujeitos críticos preparados para a vida em democracia. Outra grande bandeira defendida pelos escolanovistas brasileiros era a da escola pública, universal, laica e gratuita. A educação deveria acontecer nas escolas públicas, por professores formados nas Escolas Normais do estado, que mais tarde se tornariam os Institutos de Educação.

Tais preceitos não eram compartilhados por outros segmentos da sociedade. Os defensores do escolanovismo encontraram grande oposição na Igreja Católica e nos defensores do ensino privado. A Igreja via nas propostas da Escola Nova uma ameaça aos valores cristãos.

De outro lado, mas também em oposição ao escolanovismo, com o golpe de Estado de 1930, assume o Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Em meio à crise do liberalismo – I Guerra Mundial, Crise de 1929 –, Campos acreditava na importância de um Estado totalitário em detrimento do Estado liberal-democrático. Ele acreditava na falência do modelo liberal e via no totalitarismo um imperativo dos tempos modernos. Para Campos a figura forte de um chefe da nação garantiria a ordem. Em relação à Educação, “ao Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência a ser estimulada no Estado totalitário”⁴¹.

Tendo como ponto comum o repúdio às ideias liberais, em grande parte expressa no movimento escolanovista, Francisco Campos e a Igreja Católica celebraram um acordo de cooperação. De forma mais pragmática do que por razões religiosas, Campos incorporou a Igreja ao seu projeto político e já em 1931, através de um decreto do governo, o Ensino Religioso, que tinha sido abolido em 1891, passa a ser oferecido de forma facultativa nas escolas públicas.

Nesse cenário, os escolanovistas – por um lado ainda com expectativas de que o novo Governo atendesse aos seus reclames, por outro, receosos com o rumo que estava sendo dado à Educação – publicaram, em março de 1932, destinado ao Governo e ao povo, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que trazia suas propostas para “a reconstrução educacional no Brasil”⁴². Mas o Governo já não estava disposto a ouvi-los, dando sequência a um projeto de

⁴¹ SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, op. cit., p. 83.

⁴² Foram signatários do Manifesto: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. De Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette-Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casasanta C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle Roldão

educação alicerçado na “moral e cívica” que visava à construção da nacionalidade. Segundo Bomeny, “aos movimentos educacionais de regiões, de educadores, de setores da sociedade sucedeu a grande retórica cívica, e o subsequente esvaziamento da paixão e da ambição dos anos 20”⁴³.

As décadas de 1920, 1930 e 1940 representam um período bastante conturbado e de importantes configurações no terreno educacional brasileiro. A complexidade da época não nos permite deduções fáceis. Se o Brasil não é para principiantes, como dizia Tom Jobim, o período de nossa história conhecido como a Era Vargas é certamente um dos mais paradoxais. Apesar do regime totalitário, de caráter modernizador-conservador e anti-democrático, os modelos de políticas sociais daí decorrentes foram referência e informaram “o fazer política” brasileiro por décadas e, de certa forma, pode-se localizar seus legados na contemporaneidade.

Pode-se, contudo, fazer algumas conexões entre o debate em torno da educação promovido nessas décadas e o tema-problema da governamentalidade biopolítica. Primeiro, chama-se a atenção, a partir de uma reflexão de Coutinho e Sommer⁴⁴, para os discursos escolanovistas no âmbito da formação de professores. Em que pese o movimento escolanovista ter sido freado pela política educacional do Governo Vargas, seus ideais de educação para a democracia, para a autonomia, de forma ativa, não disciplinadora, compuseram um regime de verdade sobre as práticas educacionais e constituíram, de certa forma, o sujeito professor no Brasil. Apesar de não terem suas ideias incorporadas nas políticas federais, estas circulavam e eram debatidas amplamente nas escolas de formação de professores, com as quais esses “pioneiros” tiveram contato quando eram alunos ou enquanto professores e gestores locais⁴⁵. Nesse sentido, Coutinho e Sommer analisaram a política de

Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Amanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes. Ver: MANIFESTO dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Fernando de Azevedo et al. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

⁴³ BOMENY, op. cit., p. 34.

⁴⁴ COUTINHO; SOMMER, 2011.

⁴⁵ Segundo Kulesza (2003, p. 86), “Numa ligeira análise das biografias dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, pode-se constatar a presença das escolas normais públicas em sua formação e/ou campo de atuação. Lourenço Filho começou sua longa convivência com a Escola Normal em 1912 como normalista em Pirassununga. Cecília Meireles diplomou-se pela Escola Normal “Estácio de Sá” em 1917 e Paschoal Lemme também seria normalista na década de 20 no Rio de Janeiro, enquanto Noemy Marques Silveira concluía a Escola Normal em São Paulo. Fernando de Azevedo, Sampaio Dória e Almeida Junior, foram professores de Escola Normal em São Paulo antes da década de 20, o mesmo acontecendo com Roquette-Pinto, Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça e Afrânio Peixoto no Distrito Federal, onde atuaria também mais tarde Carlos Delgado de Carvalho. Já Anísio Teixeira começaria sua carreira de professor na Escola Normal da Bahia em 1928, como professor de história e filosofia da educação, enquanto Mário Casasanta em Minas Gerais e Atílio Vivacqua no Espírito Santo, lideraram reformas educacionais em seus estados centradas em

profissionalização docente realizada pela Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1930 e seu deslocamento de ênfase de formação de um sujeito dócil para a de um sujeito que guia a si mesmo.

Analisando os pressupostos liberais do escolanovismo, “onde se vislumbram relações menos hierárquicas e se privilegia o protagonismo dos alunos”, Coutinho e Sommer afirmam que onde se pensa que se governa menos, é justamente onde se governa mais, é onde as relações de poder são potencializadas, é onde ocorre uma intensificação da lógica da educação como arte de governar:

consideramos que a lógica da educação como arte de governar foi se desenvolvendo junto ao deslocamento da ênfase na disciplina (educação rígida, coercitiva e puramente instrucional, chamada pelos autores escolanovistas de educação tradicional) para a ênfase no governmentamento do ser por si (educação cujo centro é a própria criança, considerando-a em suas formas de pensamento e aprendizagem, chamada pelos autores escolanovistas de educação nova). Nesse sentido, as teorizações escolanovistas, de modo geral, podem ser lidas e entendidas como defendendo a ideia de que o governo dos sujeitos, quando operado de forma exterior, seja desbloqueado, por meio da formação de alunos ativos, que se movimentam a partir de seus interesses e que, se assim educados – porque educáveis –, são capazes do governo de si mesmos, consolidando a educação como arte de governar⁴⁶.

Da forma como os autores a abordaram, a noção de governamentalidade ganhou amplitude em relação àquela que vem sendo abordada até aqui, vinculando-a ao domínio da “ética” foucaultiana. Uma vez que os alunos na perspectiva da Escola Nova são os construtores do próprio conhecimento, para Coutinho e Sommer o que se tem é um *self-government*, o conduzir-se a si mesmo. Em relação à formação de professores, eles entendem a prática do professor reflexivo, advinda do escolanovismo, como o que Foucault nomeou de “tecnologias do eu”, em que “cada docente se localiza à medida que efetua um balanço pessoal, presta contas (confessa suas verdades), assume sua formação como autoformação, mobilizada por uma *prática reflexiva*. Em uma expressão, *age sobre si mesmo*”⁴⁷.

Já, ao pensar-se a noção de governamentalidade dentro da perspectiva que vinha sendo trabalhada até aqui, como “condução de condutas”, ou melhor, como conceitua Jorge Ramos do Ó, como “aqueles meios a que, em determinada época, autoridades de tipo diverso deitam mão para moldar, instrumentalizar e normalizar a conduta de alguém”⁴⁸, encontra-se em uma análise de Sylvio Gadelha uma outra possibilidade de pensar a relação entre educação e governamentalidade no recorte temporal que estamos abordando.

reformulações da formação de professores segundo os princípios escolanovistas. Ver: KULESZA, Wojciech Andrzej. Genealogia da Escola Nova no Brasil. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 83-92, 2003.

⁴⁶ COUTINHO; SOMMER, op. cit., p. 89.

⁴⁷ Ibidem, p. 98.

⁴⁸ Ó, op. cit., p. 103.

Gadelha, a partir da análise do Estado Novo Vargasista, que vigorou entre 1937 e 1945, fornece alguns indicadores de como a educação pode ser agenciada ao exercício da biopolítica. Para além das escolas e universidades, a política educacional varguista, sob o comando de Capanema, estava voltada para a mobilização dos jovens, para a definição do lugar e do papel das mulheres na sociedade, para a cooptação dos estrangeiros ao projeto de construção da nacionalidade⁴⁹. Dessa forma, de acordo com Gadelha, é possível observar nesse cenário uma preocupação com a população enquanto corpo-espécie, enquanto objeto de uma governamentalidade biopolítica⁵⁰.

De um lado pode-se observar a criação de laços orgânicos entre os diferentes setores que constituem a sociedade: trabalhadores rurais e urbanos, jovens, mulheres, imigrantes, etc. De outro, é possível perceber uma preocupação com a regulamentação desse agora corpo-espécie: definição de papéis dos diferentes segmentos, maximização das “forças estatais” por meio de uma formação técnica e profissional, de uma organização das relações entre capital e trabalho, pela instituição de uma previdência social, etc. E versando sobre todos esses aspectos estava a educação, enquanto mecanismo de governamentalidade biopolítica, encontrando-se “implicada nesse grande projeto de construção da nação brasileira, nele cumprindo um relevante papel estratégico”⁵¹.

Em tempo, chama-se a atenção, mais uma vez aqui, para o entendimento que se tem de que embora se fale recorrentemente no Estado, e que se tenha pensado aqui as questões da saúde e da educação em suas dimensões estatais, o Estado não é entendido nesse contexto como centro irradiador de poder. O que se interroga aqui é *como* o Estado foi governamentalizado, *como* essas tecnologias de poder perpassam o Estado e dessa forma o transformam em *locus* de análise privilegiado. O Estado possibilita, assim, a complexa função de coordenação e centralização dos fenômenos da população através dos dispositivos biopolíticos. O Estado possibilita a bio-regulamentação, para usar mais um termo foucaultiano. “O governo não é uma instância de poder, mas uma complexa máquina de administração social”, precisamos substituir a ideia de dominação, pela de tecnologias de regulação ou auto-regulação, nos diz Ramos do Ó⁵². Entretanto, também não se pode perder de vista que essas tecnologias não dão conta da plenitude dos processos, nem tampouco conseguem controlar os efeitos daí decorrentes:

⁴⁹ Cf. SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000.

⁵⁰ GADELHA, 2013, p. 194.

⁵¹ GADELHA, loc. cit.

⁵² Ó, op. cit., p. 113.

As tecnologias de governo vão ganhando corpo sempre a partir dessa consciência aflita que consiste em verificar que um mar de realidades lhes escapa; que existem sempre novos domínios a dever atrair a sua atenção, que a ordem e a administração não se exercem nunca capazmente. A intervenção do poder terá de ser entendida, assim, como uma variável que torna mais complexa a realidade, que produz problemas em vez de os solucionar, mas que, por isso mesmo, exigem cada vez mais novas e novas medidas. [...] A tese da imperfeição permanente justifica que a ação do poder se amplie⁵³.

4.4 A gestão da mestiçagem e o reordenamento discursivo nos anos 1930

A partir dos anos 1930 procurou-se construir um “novo” Brasil, que estivesse *pari passu* à modernização, ao desenvolvimento e ao progresso. Para tanto, lançou-se mão de um discurso nacionalista, que colocava no centro desse processo o povo brasileiro. Contudo, era preciso construir esse povo, era preciso forjar essa noção, para que, por conseguinte, se pudesse constituir uma identidade nacional.

Surge, a partir de então, no cenário brasileiro, a necessidade de construir uma nova figura política, ou melhor, uma figura biopolítica: a população. Como vimos, esta, até então, não tinha sido elevada a objeto último dos governantes, não havia sido considerada como principal alvo de governmentação. Haja vista, por exemplo, que a população do interior do país, na maioria das vezes, só tinha tido contato com os aspectos coercitivos do Estado, como, por exemplo, com a cobrança de impostos.

Nem o Império, nem a Primeira República conseguiram reunir a população em torno de uma identidade comum. Nesse sentido, em relação à Primeira República, José Murilo de Carvalho diz que ela, “não pôde, ou não buscou, transformar em cidadão o jeca de Lobato, o sertanejo de Euclides, o beato do Contestado, o bandido social do cangaço, o operário anarquista das grandes cidades”⁵⁴.

Assim, não havia laços de pertencimento nacional, nem símbolos, nem narrativas identitárias que colocassem a população sob o mesmo teto, sob o teto de uma nação. “A única bandeira que conhecem é a do divino”, diziam Penna e Neiva sob os habitantes do interior do país em seu relatório de viagem⁵⁵. Logo, o fato de “que o País não constituía uma nação era voz corrente”⁵⁶.

⁵³ Ó, op. cit., p. 105.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, set./nov. 2003, p. 113.

⁵⁵ Citados por LIMA e HOCHMAN (1996, p. 30).

⁵⁶ Citado por LIMA e HOCHMAN (1996, p. 26).

Não que tentativas de se criar uma nação, enquanto comunidade imaginada, não estivesse há muito presente na agenda política brasileira⁵⁷. A necessidade de se construir um Estado-nação e, por conseguinte, um sentimento de nacionalidade é contemporânea à Independência do Brasil. Pode-se perscrutar esse anseio por uma “identidade nacional” acompanhando um dos elementos que teve especial relevância e se manteve em destaque nos diferentes momentos em que esteve em pauta o debate acerca da nacionalidade, qual seja, a noção de “raça”, que em um primeiro momento se encontra empregada em um sentido próximo da noção de povo e de nação, em um segundo momento sofre uma reorientação discursiva, promovida pela entrada das teorias racialistas europeias no Brasil, e ganha uma conotação “científica”, e, a partir de 1930, vive um terceiro momento, sendo deslocada pela noção de cultura.

Nesse sentido, ilustrando o primeiro momento, destaca-se a discussão em torno dessa temática no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, e que já nos seus primeiros anos de existência debatia como deveria ser pensada a questão nacionalista e escrita a história do Brasil. Para tanto, o IHGB lançou um concurso de monografias, cujo vencedor foi seu sócio-fundador correspondente, o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius – que havia viajado pelo interior do Brasil entre os anos de 1817 e 1820, estudando a flora brasileira e a organização das populações indígenas. Com o texto “Como se deve escrever a História do Brasil”, publicado em janeiro de 1845, no número 24 da revista trimestral do IHGB, von Martius apontou para a miscigenação da população, para a mistura do branco, do índio e do negro, como o que havia de singular por aqui. Para ele as três raças constituíam o povo brasileiro, mas com graus de participação e influência diferenciados, que deveriam ser analisados em profundidade pelos estudiosos brasileiros⁵⁸.

Dos três elementos constituintes da nação brasileira apontados por von Martius, o indígena foi selecionado como modelo de representação do país pela geração de românticos do IHGB e por D. Pedro II, que exteriorizava até em suas vestes a associação romantizada do índio ao projeto de nação. Segundo Schwarcz: “Como explicar um príncipe que se veste com

⁵⁷ Entende-se aqui as noções de “nação”, “nacionalismo”, “identidade nacional”, dentro da perspectiva proposta por Benedict Anderson em que “nação” é definida como uma comunidade política imaginada, isto é, não se trata de um despertar, de uma tomada de consciência em relação a um ente pré-existente que seria a nação, mas de inscrevê-la no registro da criação, da produção, da imaginação. Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

⁵⁸ MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 24, janeiro de 1845.

o rigor majestático das grandes cortes, porém introduz uma murça de penas de papo de tucano, tal qual um cacique, e um manto com ramos de café e tabaco?”⁵⁹.

Através de uma literatura que exaltava a imagem do indígena, cujas qualidades eram ressaltadas, era criada uma história para o Brasil que procurava demonstrar ser ele um país civilizado. Em contraponto, a figura do negro era associada à escravidão, um sistema que, embora vital para a economia do país, não era um motivo de orgulho para uma monarquia que pretendia agradar os olhos estrangeiros. Schwarcz diz que “dividindo espaços, a corte da rua do Ouvidor tentava fazer da escravidão um cenário invisível. Não obstante, entranhado não só no município neutro do Império como em todo o território nacional, o cativo existente no Brasil era uma ameaça constante à estabilidade da monarquia e contrastava com o brilho civilizatório desse reino americano”⁶⁰. Dessa forma, bem mais aceitável era a origem mítica e unificadora atribuída aos indígenas.

No final da década de 1880, encontra-se um segundo momento em que a noção de “raça” protagonizou o debate acerca da “identidade nacional”. A abolição – embora, a princípio, devesse horizontalizar as relações – não garantiu equidade social para a população liberta, vários mecanismos sutis foram adotados para limitar a participação do negro enquanto sujeito pleno de direito no pós-abolição. O que surge, com a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, não é apenas um problema econômico, relativo à mão de obra, mas também um complicador para os intelectuais que tentavam forjar uma identidade nacional para o país, afinal, como administrar a questão de que o negro, antes visto como “coisa”, adquira *status* de cidadão? Como negar a presença negra e sua contribuição na construção da nação? Para solucionar a equação e manter a hierarquia social, são evocadas nesse contexto as teorias raciais oitocentistas européias⁶¹. Nesse sentido, como pôde-se observar no capítulo anterior, os planejadores sociais traduziram as teorias racialistas europeias para o Brasil como forma de criarem critérios diferenciados de cidadania.

Já na Primeira República a questão da “raça” foi mais uma vez recontextualizada, e a miscigenação passou a ser vista, a partir de uma engenhosidade nacional, como um processo positivo, pois permitia pensar uma saída para o problema da degeneração racial, através do ideário do branqueamento, como pôde-se ver no capítulo anterior. Viu-se também que, de forma paralela a essa perspectiva, houve por parte do movimento sanitarista o deslocamento

⁵⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 20.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 163.

⁶¹ SILVA, 2007, p. 36.

do enfoque dado à “raça” para a noção de doença e conseqüentemente a negação dos determinismos raciais.

Entretanto, mesmo estando a questão da nacionalidade, através do eixo da “raça”, em debate em todos esse momentos, não foi possível criar um *corpus* nacional unificado até então. Seria preciso lançar mão de uma série de elementos para criar uma narrativa sobre o passado que possibilitasse a constituição da nacionalidade. Entre os elementos que precisavam ser rediscutidos, estava a questão do regime escravocrata, que tinha deixado marcas indeléveis no corpo social, e a questão da miscigenação, que oscilava entre perspectivas otimistas e pessimistas⁶². Nesse cenário, “tal operação envolveria a construção de um discurso que requalificasse, no âmbito historiográfico e sociológico, a história social da nação”⁶³.

Negri e Cocco apontam para uma mudança no processo de construção do projeto nacional a partir dos anos 1930. Para eles, o Governo Vargas promoveu uma integração social, populista e corporativa. Todavia, dizem esses autores, para que se tivesse uma política populista era preciso construir primeiro a ideia de povo⁶⁴. A tarefa de construção da nacionalidade estava atrelada, portanto, à ideia de homogeneidade da população e à revisão da questão “raça”, passando pela recusa dos determinismos raciais. E, nesse complexo contexto de discussão, tem destaque um autor que vai propor uma interpretação para a história do Brasil que vai ao encontro da construção de uma narrativa mítica da nação: trata-se de Gilberto Freyre.

Em 1933, Freyre publicou *Casa-Grande e Senzala*. Nessa obra, que é um marco de nossa historiografia, Freyre considerou a formação do Brasil como sendo um processo em que as forças antagônicas se equilibravam, em que os contrários – economia e cultura, cultura europeia e cultura africana, cultura europeia e cultura indígena, cultura africana e cultura indígena, jesuíta e fazendeiro, bacharel e analfabeto, católico e herege, senhor e escravo – conviviam e hibridizavam-se. E, como elemento central, como possibilitando a existência dessa “harmonia-conflitual”, estava a miscigenação. Para ele, a miscigenação agia no sentido de democratização social.

⁶² Nesse sentido, tome-se por exemplo a organização das comemorações do cinquentário da abolição pelo Estado Brasileiro, em maio de 1838. Nessa ocasião foram valorizadas traços da cultura negra, como a religiosidade e as festas e propunha-se deixar clara uma distinção entre o escravo e o negro, de forma a requalificar discursivamente o segundo e deixar no passado a experiência degradante da escravidão. Conforme CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 259.

⁶³ CUNHA, 1999, p. 259.

⁶⁴ NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. *Global: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação⁶⁵.

Além de corrigir a distância social, também foi atribuída à miscigenação, em Casa-Grande e Senzala, o sucesso da colonização portuguesa nos trópicos. Nessa obra, Freyre diz que mais do que a mobilidade, foi a miscibilidade que compensou a falta de homens exigida para uma ocupação efetiva de tão vasto território, além de resultar desse contato do europeu com a índia ou a negra uma população mestiça, plenamente adaptável ao clima tropical.

É necessário atentar que o mestiço para Freyre, como chama atenção Benzaquen de Araújo, não resultaria em uma síntese das características de seus genitores, mas seria aquele que mantém as propriedades singulares de ambas as partes envolvidas em sua composição. É como se a mistura da cor azul com a amarela não resultasse em verde. Amarelo e azul, uma vez combinados, preservariam suas tonalidades originais, conforme ilustra Araújo⁶⁶. Logo, não há uma fusão, há uma soma e é dessa forma que se pode entender o conectivo *e* presente já no título de Casa-Grande *e* Senzala e encontrado fartamente nas análises existentes no decorrer do texto.

Em Casa-Grande e Senzala, Freyre promove uma ruptura no discurso vigente, negando os determinismos raciais e deslocando para o terreno da cultura as diferenças que até então eram vistas como sendo raciais⁶⁷. Ele desmonta nessa obra a ideia de que a inferioridade física do brasileiro, responsável pelo atraso do país, era decorrente da miscigenação, demonstrando que o que ocasionava tais mazelas eram causas sociais, como a alimentação e a higiene, atribuindo, em grande parte, à monocultura latifundiária a desnutrição da população, já que ela monopolizava o uso da terra, não permitindo o cultivo de gêneros alimentícios que possibilitassem uma alimentação balanceada, a qual resultaria em indivíduos mais saudáveis.

Na década de 1930, Gilberto Freyre foi o mais radical crítico do racismo, ideologia ainda presente em parte de nossa elite erudita. Diferente da visão pessimista da produção intelectual brasileira de então, que concebia a maciça presença dos negros e a intensa miscigenação, características visíveis do composto racial brasileiro,

⁶⁵ FREYRE, op. cit., p. 33.

⁶⁶ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005, p. 41.

⁶⁷ Ao mesmo tempo em que promove essa ruptura, Freyre não está por completo fora do regime discursivo da “raça”. A lógica racial está presente em várias partes da obra, atrelada a uma perspectiva neolamarckiana que leva em consideração a interação com o meio físico, conforme destaca Araújo (2005, p. 37). Entretanto, Casa-Grande e Senzala tem que ser vista como uma obra escrita em um momento de transição, que funda as condições de possibilidade para uma outra leitura da ideia de “cultura” e que alarga os horizontes interpretativos do período, conforme Silva (2007, p. 49).

como obstáculos à inserção do país na modernidade, Freyre enfatizava, em escalas semelhantes, a importância da ‘cooperação’ étnico-racial (portugueses, negros e índios) no plano da cultura na conformação de uma identidade nacional. Se antes a sociedade brasileira era condenada pela raça, com Gilberto Freyre ela, na verdade, estaria salva pela miscigenação, fruto de uma tradição legada pela herança ibérica⁶⁸.

De acordo com Negri e Cocco, “é somente com Gilberto Freyre que o nó da raça é desfeito e que surgem as condições para a ideia do povo brasileiro como convergência das três raças”⁶⁹. No mesmo sentido, Bastos, ao analisar o conturbado cenário político e intelectual, levanta a hipótese de que foi Gilberto “um elemento fundamental no equacionamento político daquele período”⁷⁰.

Certamente nem todas as teses defendidas por Freyre se harmonizavam com o projeto nacionalista de Vargas. Ao contrário, algumas concepções de Freyre, regionalistas e conservadoras, iam de encontro as aspirações do Governo varguista, de forma que Gilberto sempre manteve uma relação tensa e conturbada com o Governo. Entretanto, a configuração singular proposta por Freyre em *Casa-Grande e Senzala* tendia a equacionar um dos dilemas da população brasileira, fornecendo a possibilidade da construção de um discurso nacional calcado na ideia de população, enquanto unidade coesa e harmoniosa. Nesse caldeirão étnico, diz Guimarães, “o Brasil passa a pensar a si mesmo como uma civilização híbrida, miscigenada, não apenas europeia, mas produto do cruzamento entre brancos, negros e índios”⁷¹.

Casa-Grande e Senzala foi, como já dito antes, a obra síntese de valorização da mestiçagem e da requalificação do povo brasileiro. Entretanto, seria um equívoco creditar exclusivamente à figura de Freyre esse deslocamento de ênfase da noção de “raça” para a noção de “cultura” e a conseqüente negação do repertório racialista oitocentista europeu. Há no Brasil, pensadores contemporâneos a Freyre que também fazem essa discussão e, inclusive, alguns deles atuaram de forma direta na administração federal, contribuindo decisivamente para a construção de um discurso nacional não racialista enquanto política de Estado. Entre os intelectuais que estavam engajados em rechaçar as teorias racialistas e

⁶⁸ MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 11(1): 111-136, maio de 1999, p. 112.

⁶⁹ NEGRI; COCCO, 2005, p. 147.

⁷⁰ BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006, p. 15.

⁷¹ GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002, p. 117.

requalificar a antropologia pelo viés da cultura pode-se citar, por exemplo, os nomes de Edgar Roquette-Pinto e Artur Ramos⁷².

Constituiu-se, a partir de então, um discurso de positivação da miscigenação, que foi encampado e oficializado pelo Governo de Vargas. Disseminou-se a partir daí a ideia do país da *democracia racial*, onde não havia barreiras de cor que impedissem a ascensão social, visto que não existia preconceito racial. Formava-se aí um enunciado que buscava unificar o povo e dar *corpus* à nação.

Vargas, na política; Freyre, nas ciências sociais; os artistas e literatos modernistas e regionalistas, nas artes; esses serão os principais responsáveis pela “solução” da questão racial, diluída na matriz luso-brasileira e mestiça de base popular, formada por séculos de colonização e de mestiçagem biológica e cultural, em que o predomínio demográfico e civilizatório dos europeus nunca fora completo a ponto de impor a segregação dos negros e mestiços⁷³.

Esse campo discursivo, que se constituiu a partir da ideia de democracia racial, provocou uma reorientação em relação às estratégias e dispositivos de governo da população. A ação de conduzir condutas a partir daí se relacionou com o registro da não conflituosidade, da convivência harmoniosa das diferenças. Nesse sentido diz Silva que “a mestiçagem funcionava também como um antídoto à pluralidade e à multiplicidade que ameaçavam a nacionalidade. A aposta na miscigenação era, dentro da estratégia biopolítica do Estado Novo, uma forma de construção da homogeneidade da nação”⁷⁴.

É possível se ter uma noção dos efeitos desses enunciados caso se observe, por exemplo, a atuação do movimento negro na época. A Frente Negra Brasileira (FNB), que é considerada a mais importante entidade negra do país na década de 1930, mostrava-se alinhada ao projeto de nação da Era Vargas, reclamando para si um pertencimento identitário nacional e não “racial”. Como salienta Antônio Sérgio Guimarães, a FNB “buscava justamente afirmar o negro como “brasileiro”, renegando as tradições culturais afro-brasileiras, responsabilizadas pelos estereótipos que marcavam os negros”⁷⁵. De forma correlata, Guimarães chama a atenção em outro texto para o fato de que nos anos 1940 a expressão “democracia racial” era aceita e disseminada entre os militantes do movimento negro de tal forma que no jornal “Quilombo”, dirigido por Abdias do Nascimento entre 1948 e 1950, havia uma coluna cujo título era justamente “Democracia Racial” e na qual assinavam

⁷² Nesse sentido, sobre Roquette-Pinto sugere-se ver: SOUZA e LIMA (2013) e DUARTE (2004). Sobre Artur Ramos ver: CUNHA (1999) e TAMANO (2013).

⁷³ GUIMARÃES, 2002, p. 139.

⁷⁴ SILVA, Mozart Linhares da. Miscigenação e Biopolítica no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 4, n. 8, dez. 2012, p. 203.

⁷⁵ GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A questão racial na política brasileira: os últimos quinze anos. *Tempo social*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001, p. 130.

os textos nomes como Gilberto Freyre e Arthur Ramos. No mesmo sentido, Guimarães também cita o discurso de Abdias no I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, em que este não só fez uma defesa da democracia racial, mas também a apresentou como lição a outros povos que tivessem formação étnica similar à brasileira⁷⁶.

Por fim, cabe salientar que, quando se fala em estratégias de governamento, por mais bem articuladas que sejam, os efeitos daí derivados não podem ser totalmente previstos ou unívocos. A questão da democracia racial hoje é questionada e percebida como um mito, pois se entende que as barreiras “raciais” não eram tão fluídas como se imaginou e que ao negro, de forma geral, sempre coube a base da pirâmide social, em função do preconceito e da discriminação racial presentes em nossa sociedade⁷⁷. Entretanto, o que se procurou chamar a atenção aqui foi para as condições que permitiram a constituição de um discurso histórico/sociológico/antropológico que foi incorporado, em partes, ao discurso do Estado, com vistas a gestar a população brasileira, através de uma estratégia identitária racial normalizadora em um determinado momento de nossa história e que, de certa maneira, informa ainda hoje as nossas relações raciais.

⁷⁶ GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Democracia racial*. Cadernos Penesb, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.

⁷⁷ Nos anos 1950 o chamado Projeto UNESCO e as posteriores pesquisas de sociólogos uspinianos, capitaneados por Florestan Fernandes, desconstruíram o “mito” da democracia racial. Entretanto, tal desconstrução ficou restrita, de certa forma, aos círculos acadêmicos. Com a Ditadura Militar no Brasil, o enunciado da democracia racial entrou novamente na ordem do discurso e só foi ser fortemente questionado, a partir da abertura democrática, com a criação do Movimento Negro Unificado, em 1978, e com as pesquisas de Carlos Hasenbalg, publicadas em 1979. Nesse sentido ver: Fernandes (1978), Hasenbalg (2005) e Munanga (2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho argumentou-se que foi a partir das décadas de 1920 e 1930 que se estabeleceu um governo biopolítico no Brasil, uma vez que foi nesse período que a população tornou-se o público alvo a ser gerido pelo Estado. Foi, principalmente, com o Governo Vargas que a noção de população passou a ser entendida enquanto corpo-espécie passível de governo. Tornou-se, por conseguinte, sujeito e objeto de técnicas de governo, e sob ela se estabeleceu uma série de mecanismos de segurança – haja vista a política social e trabalhista que, se não nasceu nesse momento, ganhou solidez e importância sem igual a partir daí.

Fazer essa afirmação não implica, entretanto, presumir que estratégias de caráter biopolítico não tivessem tomado forma até então. Assim, dedicou-se um capítulo dessa dissertação a perscrutar alguns momentos, alguns exemplos, em que no Brasil se pensou e se agiu em termos biopolíticos. Apontou-se, nesse sentido, para tentativas, a partir de 1870, de gestar a especificidade do povo brasileiro, leia-se a mestiçagem, a partir de releituras/traduições das teorias racialistas europeias, como foi o caso, por exemplo, da teoria do branqueamento. Também como exemplo de ações de caráter biopolítico, chamamos a atenção para o desenvolvimento da medicina social a partir de 1808, para o movimento sanitário nas duas primeiras décadas do século XX e para a constituição de ideais eugênicos que vigoraram até a década de 1940 no Brasil.

Essas manifestações atentavam para a necessidade de se pensar, de se conhecer, de se gerir, de se potencializar a população. E, de certa forma, criaram as condições para que se estabelecesse um governo biopolítico, uma vez que quando se produz saberes sobre a população, de certa forma está se criando essa população, e se possibilita, por conseguinte, que ela seja gerida. Destaca-se, nesse sentido, a produção de dados estatísticos, que no Brasil se consolidou com a realização bem sucedida do censo de 1920 e com a criação em 1936 do Instituto Nacional de Estatística – INE, que mais tarde passou a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Estabeleceu-se nesse contexto, conforme defende-se nesse trabalho, o governo biopolítico da população brasileira, que se pôde observar em áreas como a Educação e a Saúde, onde se estabeleceu uma racionalidade administrativa própria às sociedades de biopoder, e também na produção de uma narrativa nacionalista, que ganhou força quando encampou no discurso político a ideia de democracia racial, que procurou homogeneizar a

população, constituindo, assim, uma das formas mais bem acabadas de governo identitário.

A partir da análise de diferentes elementos – de questões relacionadas à gestão da mestiçagem e ao ideal de branqueamento, à medicina social, à higiene, à eugenia, à produção do saber estatístico, à saúde, à educação – defende-se que a população, como alvo principal, como sujeito-objeto de uma gestão governamental, se constituiu a partir dos anos 1920 e 1930 no Brasil, por ter sido aí, no nosso entendimento, que a biopolítica se conectou à governamentalidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Vozes sem rosto, sombrias silhuetas: a contribuição do livro Vigiar e Punir de Michel Foucault para a historiografia brasileira*. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/linguagens/durval-muniz-de-albuquerque-jnior-02-5198748>. Acesso em: 03 fev. 2014.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.
- BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1992.
- BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: elite política imperial*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.
- _____. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, set./nov. 2003.
- COUTINHO, Karyne Dias; SOMMER, Luis Henrique. Discursos sobre formação de professores e arte de governar. In: *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 1, jan./jun. 2011.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DUARTE, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 33-56, jan./abr. 2004.
- _____. Limites e fronteiras entre história e biologia em Michel Foucault. In: ALBUQUERQUE JR, VEIGA-NETO, SOUZA FILHO (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, FCC/Autores Associados, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____; *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. *História da sexualidade I*. A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *O nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. O nascimento da medicina social. In: _____; *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Segurança, Território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Vigiar e Punir*. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação*: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A questão racial na política brasileira: os últimos quinze anos. *Tempo social*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001.

_____. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Ed. 34, 2002.

_____. *Democracia racial*. Cadernos Penesb, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

KEHL, Renato. *Eugenia e Medicina Social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Genealogia da Escola Nova no Brasil. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 83-92, 2003.

LACERDA, João Baptista. Sobre os Mestiços no Brasil. Tradução de “Sur le métis au Brésil” (Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911, Paris, Devouge, 1911), In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro. v. 18, n. 1, p. 225-242, jan./mar. 2011.

LASTA, Leticia Lorenzoni; Hillesheim, Betina. Políticas públicas de inclusão escolar: a produção e o gerenciamento do anormal. In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina (Orgs.). *Políticas de Inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marco Chor (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 111-136, mai. 1999.

MANIFESTO dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Fernando de Azevedo et al. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Genealogia do biopoder. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 157-165, 2009.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 24, janeiro de 1845.

MUNANGA, Kabenguele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. *gLoBAL: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Ó, Jorge Ramos. A governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 2, p. 97-117, mai./ago. 2009.

PAREDES, Marçal de Menezes. De convergências e dissidências: notas sobre o repertório teórico do final do século XIX. In: SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *Ciência, Raça e Racismo na Modernidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

PENNA, Belisario. Prefácio. In: KEHL, Renato. *Eugenia e Medicina Social: problemas da vida*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

PORTOCARRERO, Vera. *As Ciências da Vida. De Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

REIS, José Roberto Franco. *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*. Tese (Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

RISI JUNIOR, João Baptista; NOGUEIRA, Roberto Passos. (Coord.) *As Condições de Saúde no Brasil*. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1894.

_____. *Mestiçagem, degenerescência e crime*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/112459073/NINA-RODRIGUES-Mestiçagem-degenerescencia-e-crime>. Acesso em: 22 nov. 2013.

_____. *Os africanos no Brasil*. 8. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ROMERO, Sílvio. Explicações Indispensáveis In: BARRETO, Tobias. *Vários escritos*. Aracaju: Ed. Estado de Sergipe, 1926.

_____. *História da Literatura Brasileira*. 6. ed. Tomo I. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 183-203, jul. 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva. *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. Duas Cidades, 2000.

SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras. Volume I: Estatísticas Desejadas (1822 - c.1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.

_____. *História das Estatísticas Brasileiras. Volume II: Estatísticas Legalizadas (c. 1889 - c. 1936)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.

_____. *História das Estatísticas Brasileiras. Volume III: Estatísticas Organizadas (c. 1936 - c. 1972)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCVV, 1996.

SILVA, Mozart Linhares da. *Ciência, raça e racismo: caminhos da eugenia*. In: _____. *Ciência, Raça e Racismo na Modernidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 158.

_____. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

_____. *Miscigenação e Biopolítica no Brasil*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 4, n. 8, p.192-210, dez. 2012.

_____. *O império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado-Nação no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; LIMA, Nísia Trindade. *Memórias de um antropólogo na primeira metade do século XX. As “notas e opiniões” de Edgard Roquette-Pinto nas páginas do Jornal do Brasil*. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 247-275, jan./abr. 2013.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. *O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 7, n. 3, p. 745-760, set./dez. 2012.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TAMANO, Luana Tiek Omena. 2013. *O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940*. Disponível em: http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=189:dossie-pensamento&catid=92:dossie-estado&Itemid=65. Acesso em: 28 jan. 2014.

TERNES, José. Resenha de: PORTOCARRERO, Vera. As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 259-262, jan./jun. 2009.

TRAVERSINI, Clarice Salete. BELLO, Samuel Edmundo López. Saber Estatístico e sua Curricularização para o Governo de Todos e de Cada Um. *Bolema*, Rio Claro (SP), v. 24, n. 40, p. 855-871, dez. 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000.

_____. Governo ou Governo. *Currículo sem Fronteiras*, v. 5, n. 2, jul./dez. 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. SARAIVA, Karla. Educar como arte de governar. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 1, p. 5-13, jan./jun. 2011.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.